

A com. Fin. Orç. Tomada de Contas  
e Fiscalização

S.S. em 15/12/2025

## PREFEITURA DE ITUIUTABA

Presidente

PROJETO DE LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2025

Concede auxílio no exercício de 2025 e dá  
outras providências. CM 1387/2025

A COMISSÃO DE LEGISL. JUSTIÇA E REDAÇÃO

S.S. em 15/12/2025

Presidente

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte

**Art. 1º** A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder auxílio, no exercício de 2025, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba – APAE (CNPJ: 19.952.902/0001-56), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 23.376 de 07 de novembro de 2025, provenientes de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão.

A ordem do dia desta sessão

15/12/2025

Presidente

**Art. 2º** O valor total da presente lei é de R\$ 100.000,00 (cem mil

**Art. 3º** Fica autorizado abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal, conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

**Art. 4º.** Nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, será tomado como fonte de recursos para fazer face ao crédito adicional especial autorizado por esta lei, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei.

**Art. 5º** A transferência dos recursos será feita depois de celebrado Termo de Fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, mediante aprovação de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- comprovação da existência legal da entidade;
- prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- demaís documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.362/2017.

Aprovado(a) em 1º Votação  
por 13 favoráveis e 00 contrários

S.S. 15/12/2025

Presidente

Prefeitura de Ituiutaba, em 11 de dezembro de 2025.

LEANDRA GUEDES  
Ferreira:0060913  
5686

Assinado de forma digital  
por LEANDRA GUEDES  
FERREIRA:00609135686  
Dados: 2025.12.11  
13:47:39 -03'00'

Leandra Guedes Ferreira  
- Prefeita de Ituiutaba -

Aprovado em 2º votação por  
13 favoráveis e 0 contrários

15/12/2025

Presidente

DISPENSADO O INTERSTICIO  
REGIMENTAL DE 24 HORAS A  
ORDEM DO DIA DE HOJE

15/12/2025

PRESIDENTE



## P R E F E I T U R A   D E   I T U I U T A B A

Ofício n.º 2025/497

Ituiutaba, 09 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Francisco Tomaz de Oliveira Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba  
Rua 24 n.º 950  
Ituiutaba - MG

Assunto: **Encaminha Mensagem n.º 171.**

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem n.º 171/2025, desta data, acompanhada de projeto de Lei que **Concede auxílio no exercício de 2025 e dá outras providências.**

Com expressões de apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

LEANDRA  
GUEDES  
FERREIRA:00609  
135686  
Leandra Guedes Ferreira  
- Prefeita de Ituiutaba -

Assinado de forma  
digital por LEANDRA  
GUEDES  
FERREIRA:00609135686  
Dados: 2025.12.11  
13:42:57 -03'00'



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

## MENSAGEM N. 171/2025

Ituiutaba, 11 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Por meio da presente Mensagem, é encaminhado a esse Legislativo Municipal, projeto de lei que autoriza o Executivo a destinar, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba – APAE (CNPJ: 19.952.902/0001-56), recursos financeiros à conta do orçamento, do exercício de 2025, no montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os recursos que serão repassados por meio do presente projeto de lei são provenientes de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão.

A iniciativa de lei informada por esta mensagem decorre de solicitação formulada no Processo Administrativo n.º 23.376 de 07 de novembro de 2025.

Mesmo o recurso estando previsto no orçamento, a Lei 13.019/14, art. 31, II, bem como a Lei Complementar 101/2000, art. 26, exigem lei específica para que o repasse seja realizado diretamente a entidade.

Houve significativa alteração no regramento a respeito do repasse de recursos a entidades do terceiro setor com a entrada em vigor da Lei 13.019/2014.

Sendo assim, a lei poderá garantir o amparo, mas a liberação dos recursos está inteiramente condicionada ao preenchimento dos requisitos legais pela entidade e do enquadramento nas hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, o que será verificado em processo administrativo no caso concreto.

Com essas elucidações, encontra-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

Saudações,

LEANDRA GUEDES  
FERREIRA:0060913  
5686

Assinado de forma digital  
por LEANDRA GUEDES  
FERREIRA:00609135686  
Dados: 2025.12.11 13:47:06  
+03'00'

Leandra Guedes Ferreira  
- Prefeita de Ituiutaba -

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Relator: Ver. Vinicius Melo Costa

LEANDRA GUEDES FERREIRA, digna Prefeita Municipal, envia ao Legislativo Projeto de Lei CM/187/2025, que concede auxílio, no exercício de 2025, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba - APAE (CNPJ: 19.952.902/0001-56), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 23.376 de 07 de novembro de 2025, provenientes de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A proposição atende aos requisitos da Lei Federal nº 4.320/1964, que dispõe sobre as normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios. A abertura do crédito decorre de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme prescreve o inciso III, §1º, art. 43.

Dessa forma, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do projeto.

Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 12 de dezembro de 2025.

  
Presidente: Pedro Donizete de Oliveira Júnior

  
Relator: Vinicius Melo Costa

  
Membro: Luiz Carlos Mendes





**Câmara**  
MUNICIPAL DE ITUIUTABA

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS  
E FISCALIZAÇÃO**

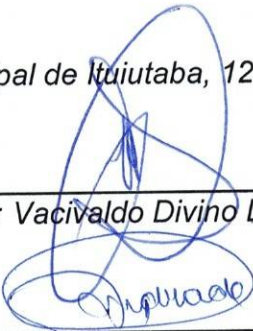
*Relatora: Vereadora Rivea de Jesus Andrade*

*LEANDRA GUEDES FERREIRA, digna Prefeita Municipal, envia ao Legislativo Projeto de Lei CM/187/2025, que concede auxílio, no exercício de 2025, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba - APAE (CNPJ: 19.952.902/0001-56), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 23.376 de 07 de novembro de 2025, provenientes de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).*

*A matéria submetida ao nosso exame não contém imperfeição de maior monta que comprometa o seu aspecto técnico ou financeiro.*

*Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.*

*Câmara Municipal de Ituiutaba, 12 de dezembro de 2025.*

  
\_\_\_\_\_  
*Presidente: Vacivaldo Divino Dutra Sobrinho*

  
\_\_\_\_\_  
*Relatora: Rivea de Jesus Andrade*

  
\_\_\_\_\_  
*Membro: Sinivaldo Ferreira Paiva*

**PAR E C E R N° 227 /2025**

**LEANDRA GUEDES FERREIRA**, digna Prefeita Municipal, envia ao Legislativo Projeto de Lei **CM/187/2025**, *que concede auxílio, no exercício de 2025, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba - APAE (CNPJ: 19.952.902/0001-56), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 23.376 de 07 de novembro de 2025, provenientes de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).*

A matéria comporta o seguinte **parecer**:

A proposta está em conformidade com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal, que veda a abertura de crédito adicional ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

***“Art. 167. São vedados: [...] V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”***

A proposição atende aos requisitos da Lei Federal nº 4.320/1964, que dispõe sobre as normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios, destacando-se:

***“Art. 40. São créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.***

***Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***

***I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;***

***II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;***

***III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.***

***Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.***

A abertura do crédito decorre de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, inciso III, §1º, art. 43:

***Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.***

***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo:***

***(...)***

***III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;”***



No tocante à celebração do Termo de Fomento, a iniciativa está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), que em seu art. 16 estabelece que:

***“A execução das parcerias previstas nesta Lei será formalizada por meio de Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação, precedido de chamamento público, salvo as exceções previstas nesta Lei.”***

A prestação de contas, exigida no art. 5º do projeto, cumpre o disposto nos arts. 63 a 70 da Lei nº 13.019/2014, que regulam as obrigações de transparência e controle na execução de recursos públicos pelas entidades beneficiárias.

Também se observa a exigência da regularidade fiscal e jurídica da entidade, conforme previsão do Decreto Municipal nº 8.362/2017, que regulamenta no âmbito local a aplicação da Lei nº 13.019/2014.

De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a concessão de subvenções deve atender aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade:

***“O controle da aplicação de recursos públicos por entidades privadas deve ser efetivo, sendo imprescindível a previsão legal da transferência e a observância rigorosa das exigências legais.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias da Administração Pública com o Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2012).***

## CONCLUSÃO

À luz das normas constitucionais e infraconstitucionais citadas, o projeto está formal e materialmente adequado, atendendo aos pressupostos legais para a concessão da subvenção. Trata-se de iniciativa legítima e regular, não havendo impedimentos jurídicos para sua aprovação.

Câmara Municipal de Ituiutaba, em 12 de dezembro de 2025.

  
**Cristiano Campos Gonçalves**  
**Procurador**  
**OAB/MG 83.840**

**MUNICIPIO DE ITUIUTABA**  
Prefeitura Municipal de Ituiutaba



**Capa de Processo**

**MUNICIPIO DE ITUIUTABA**

**200001 - SETOR DE PROTOCOLO**

**Data de Abertura: 07/11/2025 16:28:46**

**Número do Processo: 23376 / 2025**

**Contribuinte: APAE - ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA**

**Órgão Solicitante: 200001 - SETOR DE PROTOCOLO**

**Endereço:**

**Telefone: (34) 3269-8381**

**C.N.P.J ou C.P.F.: 19.952.902/0001-56**

**Assunto do Processo: LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIRO**

**Complemento do Assunto: CONFORME OFICIO DE N° 117/2025, SOLICITA-SE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

**Órgão Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Atendido por: VALQUIRIA DOS SANTOS TORQUATO**





**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA**

*Escola Bem-Me-Quer*

*Entidade Beneficente de Assistência Social*

*SERD I – Serviço Especializado de Reabilitação em Deficiência Intelectual*

Ofício n.º 117/2025

Ituiutaba, 07 de novembro de 2025.

À

Exma. Sra.

LEANDRA GUEDES FERREIRA

DD. Prefeita de Ituiutaba

Assunto: Solicita liberação de recursos financeiros

Senhora Prefeita,

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA – APAE, vem através do presente solicitar a liberação de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) – INVESTIMENTO.

Informamos que a documentação exigida se encontra anexa.

Atenciosamente,

José Antônio Rissato  
Presidente APAE – Ituiutaba



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA**

*Escola Bem-Me-Quer*

*Entidade Beneficente de Assistência Social*

*SERD I – Serviço Especializado de Reabilitação em Deficiência Intelectual*

Ofício n.º 117/2025

Ituiutaba, 07 de novembro de 2025.

À

Exma. Sra.

LEANDRA GUEDES FERREIRA

DD. Prefeita de Ituiutaba

Assunto: Solicita liberação de recursos financeiros

Senhora Prefeita,

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA – APAE, vem através do presente solicitar a liberação de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) – INVESTIMENTO.

Informamos que a documentação exigida se encontra anexa.

Atenciosamente,

José Antônio Rissato  
Presidente APAE – Ituiutaba





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NOME DE INSCRIÇÃO 15.952.902/0001-56 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/03/1978	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO R VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA		NÚMERO 69		COMPLEMENTO *****	
CEP 38.302-192	BAIRRO/DISTRITO UNIVERSITARIO		MUNICÍPIO ITUIUTABA		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@ESCRITORIOBRASIL.COM.BR			TELEFONE (34) 3271-4100		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/09/2022 às 13:52:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

## PLANO DE TRABALHO

### 1 – Identificação do Solicitante

<b>Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA				<b>CGC:</b> 19.952.902/0001-56
<b>Endereço:</b> RUA VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA, 69				<b>Bairro:</b> UNIVERSITARIO
<b>Cidade:</b> ITUIUTABA	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38302-192	<b>Fone:</b> 34 3269-8381	<b>Lei de Utilidade Pública Municipal: N° 1534 DE 12/07/72</b>
<b>Conta Corrente:</b> 16076-8	<b>Banco:</b> Brasil	<b>Agência:</b> 0204-6		<b>Registro no conselho Municipal gestor:</b> INSCRITO NO CMS S/N° 005/1998
<b>TE: ITUIUTABA.APAEMG.ORG.BR</b>			<b>E-MAIL: ITUIUTABA@APAEMG.ORG.BR</b>	
<b>Nome do Responsável: JOSÉ ANTÔNIO RISSATO</b>				<b>Cargo:</b> PRESIDENTE
<b>Vigência do Mandato: 01/01/2023 A 31/12/2025</b>				<b>Fone Contato: 34 99962-9092</b>
<b>Endereço de Contato: Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG</b>				<b>CEP: 38304-248</b>

### 2 - Caracterização da Proposta

### Duração

#### Finalidade do Objeto:

Equipar o Centro Dia com equipamentos necessários para o bom andamento do espaço, bem como oferecer equipamento necessários para que nossos profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais nosso atendimento ao Serviço Socioassistencial a Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla e espectro Autista, Idosas e suas famílias no Município, e atendendo a política de proteção social especial de média complexidade.

#### Justificativa:

Para atender a demanda apresentada no município de Ituiutaba, a luz da Política de Assistência Social – SUAS – Sistema Único de Assistência Social, queremos melhorar o espaço onde fazemos esses atendimentos, adequando-o para melhor receber o aluno e sua família.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### **Tipo de atividade que pretende desenvolver:**

Ofertar as Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla atendimentos sócio assistenciais voltados a participação social, melhoria de qualidade de vida e estimular enfrentamento de desafios.

Oferecer atividades que contribuam a evitar o isolamento social, abandono, maus tratos e negligência para com a Pessoa com Deficiência.

Proporcionar atendimentos a pessoas com Deficiência Intelectual, múltipla e Espectro Autista para diminuir a sobrecarga e estresse do cuidador.

Proporcionar aos pais e responsáveis atividades para fortalecer vínculos familiares, incentivando socialização e a convivência comunitária e social.

Realizar atividades que envolva a pessoa com deficiência, famílias, profissionais, poder público, comunidade para garantir defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência, através de fóruns, semana da pessoa com deficiência, conferências e eventos.

### **Metas/pessoas beneficiadas:**

- ✓ PCDI e suas famílias participem do serviço;
- ✓ PCDI possuam amigos;
- ✓ PCDI realizem atividades de lazer fora da APAE;
- ✓ Cuidador familiar realizam atividades de lazer fora da APAE;
- ✓ PCDI sejam incluídos no mercado formal de trabalho;
- ✓ PCDI e suas famílias fortaleçam a convivência familiar;
- ✓ PCDI e suas famílias fortaleçam a convivência comunitária.

**Público direto: todos os usuários da instituição**

### **Identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:**

**José Antônio Rissato**

Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG,

CPF nº 255.018.876-49 ; RG M-1 308.178 / SSP MG / CNH 01581020367 / DETRAN MG Emissão

25/06/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA****3 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS****DEMOSTRATIVO DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA****CUSTOS DE INVESTIMENTO E / OU CUSTEIO**

Especificação	Indicador Físico		Custos em R\$ 1,00	
	Unidad e	Quantid ade	Unitário	Total
1. TV 75"		01		
2. Liquidificador industrial		02		
3. Batedeira planetária		01		
4. Armário de Aço		06		
5. Fogão de 06 bocas		01		
6. Caixa de Som grande		02		
7. Jogos de mesa (branca)		50		
8. Notebook		04		
9. Panela de pressão de 05 litros		01		
10. Panela de pressão de 10 litros		01		
11. Guarda roupa solteiro 04 portas		01		
12. Sofá para sala de 2 e 3 lugares		01		
13. Cômoda de 6 gavetas		01		
14. Data show		01		
15. Climatizador portátil grande		05		
16. Ventilador de teto		01		
17. Multiprocessador		01		
18. Espremedor de frutas industrial inox		01		
19. Persiana medindo 1,50x1,00		04		
20. Armários de cozinha		01		
21. Armário de aço – 2 portas		03		
22. Kit de microfone		03		
23. Cadeira de vime (para área externa)		06		
24. Microfone Auricular		05		
				R\$100.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### Forma, local e período de execução do projeto e suas etapas:

A APAE possui como mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba. As atividades serão realizadas nas instalações da instituição, Centro Dia e outras ambiências, (piscina, pátio, quadra, gramado, etc.). O período de execução para o exercício 2023 é de 01/01/2024 a 31/12/2024.

As etapas das atividades consistem em:

Articular com Sistema de Garantia de Direitos – MP e CT.

Articular com a rede dos serviços das políticas públicas setoriais

Articular com a rede de serviços socioassistenciais

Realizar fluxo de atendimento, encaminhamentos e trocas de informações com o Serviço.

Definir procedimentos comuns e/ou complementares ao Serviço

Encaminhar e receber relatórios técnicos específicos sobre casos atendidos/acompanhados pelo Serviço.

Construir estratégias metodológicas do Serviço

Acompanha cotidianamente as atividades do Serviço.

Participar do processo de planejamento das atividades do Serviço.

Realizar reuniões periódicas para avaliação do Serviço com equipe técnica.

Acolhida e escuta inicial

Entrevista social

Estudo social

Elaboração de Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU, Elaboração de Plano de

Acompanhamento Familiar – PAF

Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização

Orientação e apoio

Encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e setoriais e SGD

Registro de informações em prontuário

Elaboração de relatórios sobre casos em acompanhamento

Atividades com a família do usuário

Visita Domiciliar

Palestra

### 4 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

#### 4.1 – CONCEDENTE – R\$

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
		-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	R\$100.000,00	-

#### 4.2 – CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

### 4.3 – PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### 5 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade da **Administração Pública Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba, em \_\_\_\_\_

**JOSÉ ANTONIO RISSATO**

**Presidente da APAE**

**Proponente**

### 6 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

**APROVADO:**

Ituiutaba, em \_\_\_\_\_

**LEANDRA GUEDES FERREIRA**

**Prefeita de Ituiutaba**

**CONCEDENTE**



**APAE**  
Ituiutaba - MG

**FICHA CADASTRAL**

I – IDENTIFICAÇÃO		EXERCÍCIO DE 2025	
01 – ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA		02 – CNPJ: 19.952.902/0001-56	
03 - ENDEREÇO: RUA VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA, 69			
04: CEP 38302192	05- BAIRRO UNIVERSITÁRIO	06-FONE 34 3269-8381	07- FAX **
08-SITE: ituiutaba.apaemg.org.br		09-EMAIL ituiutaba@apaemg.org.br	
II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
10- NOME: José Antônio Rissato		11-CPF: 255.018.876-49	
12-RG: RG M-1 308.178		13- DATA DA POSSE: 01/01/2023	
14- ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Ituiutaba, MG			
15- BAIRRO: Independência	16 – TELEFONE: 34 3269-8381	17- CELULAR: 34 99962-9092	

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49





**ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
DA COMARCA DE ITUIUTABA/MG.**

**REQUERIMENTO**

Eu, José Antônio Rissato, nacionalidade brasileira, divorciado, Terapeuta Ocupacional, filho de Terezinha Silva Rissato e Percilio Rissato, inscrito no CPF/MF sob o nº. 255.018.876-49 e titular do RG nº. M1308178 SSP/MG; residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba-MG, sito à Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Bairro Independência, CEP 38304-248, na qualidade de presidente e representante legal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba, CNPJ 19.952.902/0001-56, e-mail Ituiutaba@apaemg.org.br, com sede na Rua Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, Bairro Universitário, Ituiutaba, MG, CEP 38302-192, vem à presença e Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e Arquivamento do seguintes documentos:

1. 10ª alteração estatutária para alterações deliberadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAES em 25 de abril de 2024.

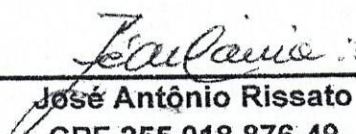
Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembleia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

Recibo das custas em nome de: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba, CNPJ 19.952.902/0001-56

Ituiutaba, MG, 26 de junho de 2024.

N. Termos

Aguarda deferimento.

  
\_\_\_\_\_  
José Antônio Rissato  
CPF 255.018.876-49  
PRESIDENTE





## CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ITUIUTABA-MG

### 10ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA APAE DE ITUIUTABA

**Aprovada pelo Conselho de Administração da Federação  
Nacional das APAES em 25 de Abril de 2024.**

Última alteração estatutária realizada em 1º de março de 2023,  
registrada no Protocolo nº 61881, Registro nº 4303, AV 30, livro A87,  
folhas 218/248, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
da Comarca de Ituiutaba-MG.

### ESTATUTO DA APAE DE ITUIUTABA

#### CAPÍTULO I

##### Da Denominação, Sede e Fins.

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba ou, abreviadamente, APAE de Ituiutaba, CNPJ 19.952.902/0001-56, fundada em Assembleia realizada em 08 de novembro de 1971 nesta cidade de Ituiutaba, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A APAE de Ituiutaba é uma associação civil, beneficente de assistência social, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, nº 69, bairro Universitário, CEP 38.302-192, e foro no município de Ituiutaba, estado de Minas Gerais.

Art. 3º – A APAE de Ituiutaba tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A APAE de Ituiutaba adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Patrião

Handwritten signatures and names at the bottom of the page, including: Patrião, Zé, monalisa, Maria, Patrícia, and others.



orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

*Parágrafo Único* – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento Apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 5º – A bandeira da APAE de Ituiutaba, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento Apaeano e o nome da APAE, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

*Parágrafo Único* – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 6º – Os eventos realizados pela APAE poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede APAE*, elaborado pela Federação Nacional das APAEs, para organização de seus protocolos.

Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das APAEs (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da APAE.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados à promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes a proteção social o pleno exercício da cidadania;

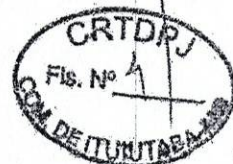
II – promover ao público definido no inciso I a integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – promover a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, por meio de serviços, programas ou projetos socioassistenciais;

IV – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677





V – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a APAE se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – prestar serviços e executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, de forma continuada, permanente e planejada, voltados à construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social;

III - prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, que tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

IV - promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da APAE;

V - incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VI - promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas; oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

VII - participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VIII - manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

IX - solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

X - firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

XI – produzir e comercializar produtos e serviços com ou sem cessão de mão de obra, para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados; implantar e manter qualquer atividade-meio, como instrumento de captação de recursos, desde que o resultado

João Bosco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Edelza

Handwritten signatures and names at the bottom of the page, including: Zelaal, Maria, 174, maria, monaia, and others.



operacional seja aplicado integralmente nos objetivos estatutários, e que a operação seja registrada segregadamente em sua contabilidade destacadas em suas Notas Explicativas.

XII – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla APAE, informando o uso indevido à Federação das APAEs do Estado ou à Federação Nacional das APAEs;

XIII – promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias;

XIV – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XV – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XVI – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das APAEs;

XVII – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVIII – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das APAEs do Estado e pela Federação Nacional das APAEs, coordenando e fiscalizando sua execução;

XIX – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XX – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XXI – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XXII – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;

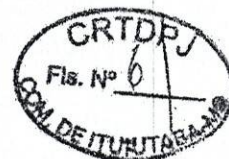
XXIII – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da

Francisco Alves Vitali Sobrinho  
OAB MG 104677

Edelza

Patricia  
Jean  
LH  
Marig  
Patricia  
monalisa  
4





pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXIV – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXV – divulgar a experiência APAEana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXVI – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da APAE;

XXVII – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A APAE de Ituiutaba integra-se, por filiação, à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º – Após a filiação à Federação Nacional das APAEs, a APAE, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla APAE pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs dos Estados.

§ 3º – A APAE apresentará, anualmente, à Federação das APAEs do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A APAE preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das APAEs do Estado, Federação Nacional das APAEs, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

## CAPÍTULO II

### Dos Associados

#### Seção I

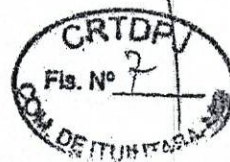
Patricia

Handwritten signatures and names at the bottom of the page, including: Zeaui, Maria, Patrícia, monalisa, and others. There are also some initials and a date "5" written near the bottom right.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Handwritten notes and signatures on the right margin, including "Edileuza" and "Quel".





## Do Quadro Social

Art. 13 – A APAE de Ituiutaba é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela APAE.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da APAE.

Art. 14 – O quadro social da APAE é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a APAE por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da APAE, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da APAE, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

Art. 15 – Compete à APAE exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

## Seção II

### Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A APAE poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das APAEs.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Colleza

Patricia  
Zael  
LH  
Maria  
Patricia  
monalisa  
6





IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à APAE, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

### Seção III

#### Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na APAE e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da APAE;

IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela APAE, pelo Conselho Regional, pela Federação das APAEs do Estado e pela Federação Nacional das APAEs;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da APAE, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da APAE;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da APAE quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Patricia*

*Handwritten signatures and names: Maria, Zeal, monalisa, maria, Patricia, and others.*



§ 1º As pessoas agraciadas com títulos de Benemérito e Honorário, não estão na condição de associados, exceto quando se enquadrarem como associados contribuintes ou associados especiais.

§ 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da APAE, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

#### Seção IV

##### Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da APAE:

I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da APAE, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da APAE;

V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da APAE, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da APAE à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs.

#### Seção V

##### Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da APAE, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da APAE;

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Edilei Z...

Patricia  
Maria  
monalisa  
Patricia  
maria



II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da APAE, da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

## Seção VI

### Do Processo de Apuração de Irregularidades na APAE

Art. 20 – Diante de irregularidades na APAE, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das APAEs do Estado e/ou pela Diretoria da APAE que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da APAE *ad referendum* do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das APAEs do Estado e/ou para a Diretoria da APAE, que expedirá parecer conclusivo.

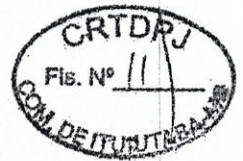
III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva *ad referendum* do Conselho de Administração da Federação das APAEs do Estado e/ou da APAE que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na APAE ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na APAE, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

Ministro AGU's Viali Sobrinho  
OAB MG 104577

20 de julho de 2019





V – A intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da APAE, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das APAEs do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na APAE, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das APAEs para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo APAE, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

### CAPÍTULO III

#### Da Organização, do Funcionamento e da Administração da APAE

##### Seção I

##### Da Organização

Art. 21 – São órgãos da APAE, responsáveis por sua administração:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Diretoria Executiva;

V – Autodefensoria;

VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da APAE há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da APAE.

RECIBO AVOS VIALI SOBRINHO  
043.150.104577

Edileza

Patricia  
Maria  
Zeacel  
Patricia  
monalisa  
Dias  
maria



§2º O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a APAE, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

## Seção II

### Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da APAE, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da APAE.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da APAE. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da APAE.

§ 6º – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da APAE, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Edileneza

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Patrícia, Maria, and others.



*Quint*



Editha





II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III – aprovar o Plano Anual de Atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da APAE, em cada exercício;

V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da APAE;

VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da APAE, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII – assumir a Presidência da APAE, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35;

XVII – estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

CONSELHO APROVADO VITALI SOBRINHO  
OAB MG 104677

Edilson

Patricia

Patricia

monalisa

Maria

Patricia

Paul

Paul

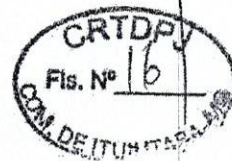
Paul

Paul

Maria

14





XVIII – aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

#### Seção IV

##### Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da APAE, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
CAB MG 104677

edilsonza

Patricia  
Maria  
Jéssica  
Patricia  
monalisa  
15





## Seção V

### Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da APAE será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

VI – Diretor Social.

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

## Seção VI

### Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

*Patricia*  
*Maria*  
*Paula*  
*monalisa*  
*Maria*  
*16*

Francisco Alves Viali Sobrinho  
GAB MG 104377

rodiliza





- I – promover e fomentar a realização dos fins da APAE;
- II – elaborar o Regimento Interno da APAE e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;
- VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da APAE, supervisionando sua atuação;
- IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das APAEs;
- XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das APAEs;
- XIV – promover a participação da APAE em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;
- XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;
- XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.
- XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

Francisco Alves Vitali Sobrinho  
OAB MG 104677

Edileuza

Patricia  
Maria  
Patricia  
monalisa  
maria



XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela APAE;

XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da APAE, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

- Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;
- ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 4º A APAE deverá manter escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor.

§ 5º A Diretoria Executiva, com prévia justificativa, poderá convocar a realização de Assembleias Gerais em modalidade virtual, ou qualquer outra reunião, desde que o sistema de deliberação remota garanta os direitos de voz e de voto a quem os teria em reunião ou assembleia presencial.

Diretor Alvaro Viali Sobrinho  
 QAB MG 104677

Ecleriza

Patricia  
 174.  
 Maria  
 Jaal  
 Patricia  
 monalisa  
 maria  
 18  
 Qual





## Seção VII

### Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

#### Art. 35 – Compete ao Presidente:

- I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da APAE nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;
- II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III – representar a APAE, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;
- IV – representar a APAE judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;
- V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da APAE, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;
- VI – dirigir a APAE, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;
- VII.A - Os recursos financeiros mencionados no inciso VII deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo 1º Diretor Financeiro ou por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético.
- VII.B - Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou ao Tesoureiro a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores.
- VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;
- X – ratificar de modo expresso, à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das APAEs, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;
- XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da APAE.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Caluzo

Patricia Maria Zaul: Dias monalisa Maria 19 Ines





XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

- I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

*Parágrafo único* – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

- I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;
- II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da APAE;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;
- IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da APAE;
- V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da APAE;
- VI – exercer a presidência da APAE no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

- I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page include: Patricia, Maria, Zea, menalissa, and others. There are also some crossed-out signatures and initials.

Handwritten text on the right margin: "Eduardo Alves Viali Sobrinho OAB MG 104677"

Handwritten signature: "Edileza"





- I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;
- III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da APAE;
- IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;
- V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da APAE, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.
- VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da APAE ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da APAE;
- II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da APAE;
- III – providenciar a escrituração do material permanente da APAE, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Francisco Alves Vitali Sobrinho  
OAB MG 104577

Edileneza

Patricia  
monalisa  
Maria  
Zeal  
Patricia  
Maria  
21  
OAB  
OAB



Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

- I – organizar as atividades sociais;
- II – elaborar o programa de solenidades;
- III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

### Seção VIII

#### Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

*Parágrafo Único* – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas APAEs, Federação das APAEs dos Estados e Federação Nacional das APAEs.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

- I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;
- II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;
- III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Ediliza





IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

## Seção IX

### Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da APAE.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da APAE, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da APAE.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela APAE.

## CAPÍTULO IV

### Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da APAE, após aprovação do Conselho de Administração.

*Patricia*  
*X. Maria*  
*Patricia*  
*Lucia*  
*monalisa*  
*23*  
*Edileza*





*Parágrafo único* – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

**Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:**

- I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- II – defender os interesses da APAE, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;
- III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;
- IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da APAE, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;
- V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;
- VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;
- VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da APAE.

## CAPÍTULO V

## Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 – As receitas da APAE, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

- I – contribuições de associados e de terceiros;
- II – legados;
- III – produção e venda de produtos e serviços;
- IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

Francisco Alves Viali Sobrinho  
ABMG 104677

Edla 3a

24

IV  
Fabrici

X. Maria

*Patricia*

Zeal

*[Signature]*

Monalisa  
maria

Int. *[scribbles]*  
C *[scribbles]* 24

Small

*[Handwritten signature]*





V – doações de qualquer natureza;

VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII – produto líquido de promoções de beneficência;

VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

*Parágrafo único* – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da APAE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

*Parágrafo único* - Em caso de dissolução ou extinção da entidade, eventual patrimônio remanescente será destinado a entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas nos termos da legislação vigente.

Art. 57 - A entidade deverá conservar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.

Art. 58 - As APAEs deverão apresentar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado por Lei Complementar, que regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

## CAPÍTULO VI

### Das Eleições

Art. 59 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da APAE.

Patricia

Maria

Paul

Menalissa

Maria

Patricia

Hy

25

...isco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677

Colunza



Art. 60 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da APAE até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da APAE: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação de associado da APAE;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da APAE;
- h) termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE.

VI – É vedada a participação de funcionários da APAE na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 61 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela APAE por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 62 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

Francisco Alves Viali Sobrinho  
ABAB/MG 104677

Edileuza

Patricia

Maria

Patricia

Zael

moralisa

maria





## CAPÍTULO VII

### Disposições Gerais

Art. 63 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das APAEs, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da APAE, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 64 – A extinção da APAE ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à APAE remeter cópia da ata para a Federação das APAEs do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da APAE, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da APAE, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das APAEs.

Art. 65 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das APAEs cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 66 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 67 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das APAEs do presente Estatuto para as APAEs, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 68 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Ituiutaba, MG, 26 de junho de 2024.

Presidente: José Antônio Rissato

Endereço: Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, CEP 38304-248, Ituiutaba, MG. CPF nº 255.018.876-49; RG M1308178 SSP/MG

Estado Civil: Divorciado. Nacionalidade: brasileira. Profissão: Terapeuta Ocupacional.

Patricia  
A.

Maria

(E)

Patricia

Maria

27

20

Francisco Alves Viali Sobrinho  
DAF MG 104677

20





### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

*Luiz Roberto de Melo Costa*

Luiz Roberto de Melo Costa

Endereço: Rua 25, nº 1617, Centro, CEP 38300-112, Ituiutaba, MG

CPF nº 288.724.366-72; RG MG 1.159.100 PC/MG

Estado Civil: Casado. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Aposentado

*Maria Aparecida de Oliveira*

Maria Aparecida de Oliveira

Endereço: Rua Roberto Zocolli, nº 60, B. Nadime Derze Jorge II, CEP 38.302-563, Ituiutaba, MG. CPF nº 712.204.966-34; RG MG-5.203.043 PC/MG

Estado Civil: Solteira. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais

*Edileuza Maria Reis Furtado*

Edileuza Maria Reis Furtado

Endereço: Rua Machado de Assis, nº 290, B. Novo Tempo II

CPF nº 004.980.956-30; RG MG-6.878.446 PC/MG

Estado Civil: Casada. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Do lar

*Maria das Graças Alves Nunes*

Maria das Graças Alves Nunes

Endereço: Rua Seis-A, nº 134, Setor Norte, CEP 38300-242, Ituiutaba-MG

CPF nº 034.969.646-26; RG MG-8.011.836 PC/MG

Estado Civil: solteira. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Do lar

*Sônia Aparecida de Souza*

Sônia Aparecida de Souza

Endereço: Rua Olavo Bilac, nº 24, B. Carlos Dias Leite, CEP 38.305-234

CPF nº 008.629.556-02; RG MG-6.925.697 SSP/MG

Estado Civil: solteira. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Cuidadora de Idosos

### CONSELHO FISCAL:

*Ester Akegawa*

Ester Akegawa (titular)

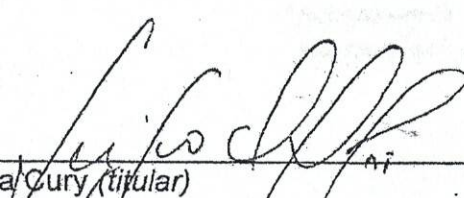
Endereço: Rua Coronel Adelino Oliveira Carvalho, nº 1013, B. Maria Vilela, CEP 38301-058, Ituiutaba, MG. CPF nº 903.261.996-91; RG M-6.587.401 SSP/MG

Estado Civil: separada. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: servidora pública

Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677





  
Sergio Oliveira Cury (titular)

Endereço: Rua Dezenove, nº 1497, Centro, CEP 38300-124, Ituiutaba, MG

CPF nº 783.558.186-87; RG MG-3.738.857 PC/MG

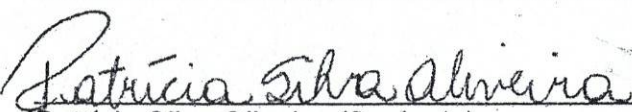
Estado Civil: Casado. Nacionalidade: Brasileira . Profissão: Engenheiro Agrônomo

  
Cristina Garvil (titular)

Endereço: Rua 28, nº 1222, Centro, CEP 38300-082, Ituiutaba, MG


CPF nº 508.392.846-91; RG M1262050 SSP/MG

Estado Civil: Viúva. Nacionalidade: Brasileira . Profissão: Arquiteta

  
Patrícia Silva Oliveira (Suplente)

Endereço: Rua Adão Isidoro da Silva, nº 106, B. Nadime Derze Jorge, CEP 38302-549, Ituiutaba, MG. CPF nº 066.304.606-85; RG MG-13.905.645 SSP/MG

Estado Civil: Solteira. Nacionalidade: Brasileira. Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais

  
Eleusa do Carmo Dias (Suplente)

Endereço: Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 430, B. Novo Mundo, CEP 38307-029, Ituiutaba, MG. CPF nº 828.389.096-49; RG MG-11.797.192 PC/MG

Estado Civil: Divorciada. Nacionalidade: Brasileira . Profissão: Do lar

  
Monalisa Borges Martins Gonçalves (Suplente)

Endereço: Rua Ataíde Quirino Ribeiro, nº 615, B. Universitário, CEP 38302-161, Ituiutaba, MG.

CPF nº 068.087.746-09; RG MG-12.748.531 PC/MG

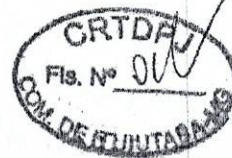
Estado Civil: divorciada. Nacionalidade: Brasileira . Profissão: Pedagoga

  
Francisco Alves Viali Sobrinho  
OAB MG 104677



**ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
DA COMARCA DE ITUIUTABA/MG.**

**REQUERIMENTO**



Eu, Isadora Borges Marques, Brasileira, Solteira, Enfermeira, inscrita no CPF/MF sob o nº. 045.091.306-60 e titular do RG nº. M-9 082.969 SSP/MG; residente e domiciliada na cidade de Ituiutaba/MG, sito à Rua Joaquim Teodoro de Carvalho, nº 238, Bairro Platina, CEP 38307-072, na qualidade de Presidente e representante legal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba - APAE, CNPJ 19.952.902/0001-56, com sede na Rua Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, Bairro Universitário, CEP 38302-192, nesta cidade de Ituiutaba/MG, venho à presença de Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e Arquivamento do seguinte documento:

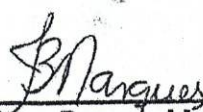
- 1. Ata da Assembleia Geral Ordinária para Eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da APAE de Ituiutaba-MG, realizada em 25 de Novembro de 2022, para o mandato de 01/01/2023 à 31/12/2025.**

Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembléia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

Recibo das custas em nome de: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba - APAE, CNPJ 19.952.902/0001-56.

**Ituiutaba/MG, 28 de novembro de 2022.**

**N. Termos  
Aguarda deferimento.**

  
\_\_\_\_\_  
Isadora Borges Marques  
CPF 045.091.306-60  
**PRESIDENTE**









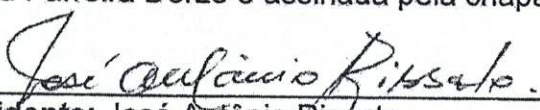
## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

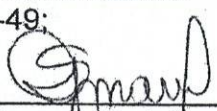
Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG


CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)

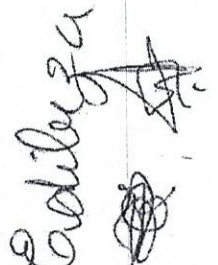

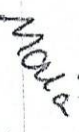


25, nº1617, Centro, CEP38300-112, Ituiutaba, MG; Maria Aparecida de Oliveira, CPF 712.204.966-34, RG MG-5.203.043 PC/MG, brasileira, auxiliar de serviços gerais, solteira, residente e domiciliada na Rua Roberto Zocolli, nº 60, B Nadime Derze Jorge II, CEP 38.302-563, Ituiutaba, MG; Maria das Graças Alves Nunes, CPF 034.969.646-26, RG MG-8.011.836 PC/MG, brasileira, do lar, solteira, residente e domiciliada na Rua Seis-A, nº 134, Setor Norte, CEP 38300-242, Ituiutaba-MG; Sônia Aparecida de Souza, CPF 008.629.556-05, RG MG-6.925.697 SSP/MG, brasileira, cuidadora de idosos, solteira, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac, nº 24, B. Carlos Dias Leite, CEP 38.305-234, Ituiutaba, MG e Edileuza Maria Reis Furtado, CPF 044.980.956-30, RG MG-6.878.446 PC/MG, brasileira, do lar, casada, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis, nº 290, B. Novo Tempo II, CEP 38305-238, Ituiutaba, MG; **Conselho Fiscal: Titulares:** Ester Akegawa, CPF 903.261.996-91, RG M-6.587.401 SSP/MG, brasileira, servidora pública, separada, residente e domiciliada na Rua Coronel Adelino Oliveira Carvalho, nº 1013, B. Maria Vilela, CEP 38301-058, Ituiutaba, MG; Sergio Oliveira Cury, CPF 783.558.186-87, RG MG-3.738.857 PC/MG, brasileira, Engenheiro Agrônomo, Casado, residente e domiciliado na Rua Dezenove, nº 1497, Centro, CEP 38300-124, Ituiutaba, MG e Cristina Garvil, CPF 508.392.846-91, RG M1262050 SSP/MG, brasileira, arquiteta, viúva, residente e domiciliada na Rua 28, nº 1222, Centro, CEP 38300-082, Ituiutaba, MG; **Suplentes:** Patrícia Silva Oliveira, CPF 066.304.606-85, RG MG-13.905.645 SSP/MG, brasileira, auxiliar de serviços gerais, solteira, residente e domiciliada na Rua Adão Isidoro da Silva, nº 106, B. Nadime Derze Jorge, CEP 38302-549, Ituiutaba, MG; Eleusa do Carmo Dias, CPF 828.389.096-49, RG MG-11.797.192 PC/MG, brasileira, do lar, residente e domiciliada na Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 430, B. Novo Mundo, CEP 38307-029, Ituiutaba, MG; e Monalisa Borges Martins Gonçalves, CPF 068.087.746-09, RG MG-12.748.531 PC/MG, brasileira, pedagoga, divorciada, residente e domiciliada na Rua Ataíde Quirino Ribeiro, nº 615, B. Universitário, CEP 38302-161, Ituiutaba, MG. A Diretoria da APAE de Ituiutaba, MG, eleita por aclamação na Assembleia Geral Ordinária tomará posse em 1º de Janeiro de 2023. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja ata foi lavrada por mim, Celina Parreira Derze e assinada pela chapa eleita.

  
**Presidente:** José Antônio Rissato  
CPF nº 255.018.876-49;

  
**Vice-Presidente:** Soraya Medeiros do Prado e Guimarães  
CPF nº 543.712.796-00;

  
**1º Diretor Financeiro:** Edinei Alves de Oliveira  
CPF nº 486.357.406-10;



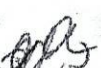
  
  
  
  










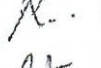


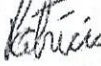






















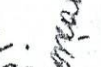
















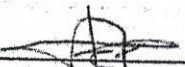





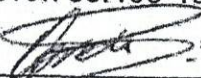


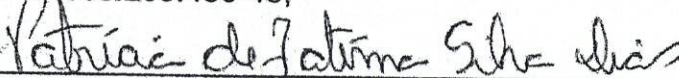


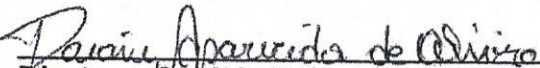
**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA**  
Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG  
CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.  
Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)

  
**2º Diretor Financeiro:** José Angelo Marques da Anunciação  
CPF nº 448.856.016-49;

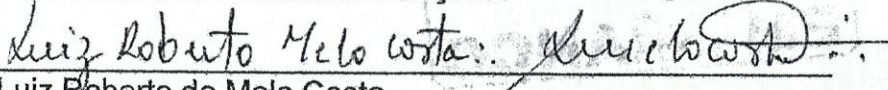
  
**1ª Diretora Secretária:** Celina Parreira Derze  
CPF nº 210.788.156-15

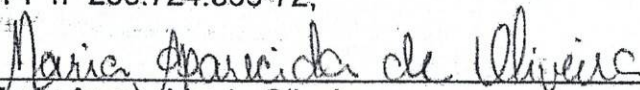
  
**2º Diretor Secretário:** Clóvis Oliveira Gonçalves  
CPF nº 008.295.436-43;

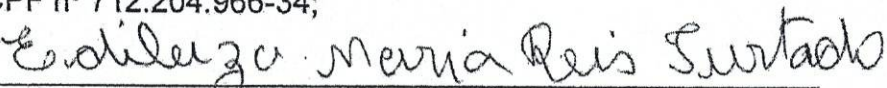
  
**Diretora de Patrimônio:** Patrícia de Fátima Silva Dias  
CPF nº 056.548.786-89;

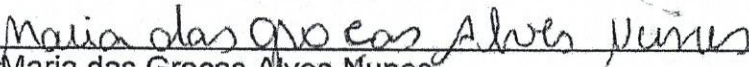
  
**Diretora Social:** Daiane Aparecida de Oliveira  
CPF nº 076.549.916-90;

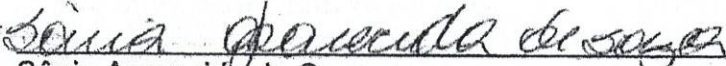
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

  
Luiz Roberto de Melo Costa  
CPF nº 288.724.366-72;

  
Maria Aparecida de Oliveira  
CPF nº 712.204.966-34;

  
Edileuza Maria Reis Furtado  
CPF nº 004.980.956-30;

  
Maria das Graças Alves Nunes  
CPF nº 034.969.646-26;

  
Sônia Aparecida de Souza  
CPF nº 008.629.556-02;

**CONSELHO FISCAL:**







**APAE**  
Ituiutaba - MG

# ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG

CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)

*Ester Akegawa*  
Ester Akegawa (titular)

CPF nº 903.261.996-91;

*Sergio Oliveira Cury*  
Sergio Oliveira Cury (titular)

CPF nº 783.558.186-87;

*Cristina Garvil*  
Cristina Garvil (titular)

CPF nº 508.392.846-91;

*Patrícia Silva Oliveira*  
Patrícia Silva Oliveira (Suplente)

CPF nº 066.304.606-85;

*Eleusa do Carmo Dias*  
Eleusa do Carmo Dias (Suplente)

CPF nº 828.389.096-49;

*Monalisa Borges Martins Gonçalves*  
Monalisa Borges Martins Gonçalves (Suplente)

CPF nº 068.087.746-09;





**ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
DA COMARCA DE ITUIUTABA/MG.**



**REQUERIMENTO**

Eu, José Antônio Rissato, nacionalidade brasileira, divorciado, Terapeuta Ocupacional, filho de Terezinha Silva Rissato e Percilio Rissato, inscrito no CPF/MF sob o nº. 255.018.876-49 e titular do RG nº. M1308178 SSP/MG; residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba-MG, sito à Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Bairro Independência, CEP 38304-248, na qualidade de presidente e representante legal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba, CNPJ 19.952.902/0001-56, e-mail Ituiutaba@apaemg.org.br, com sede na Rua Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, Bairro Universitário, Ituiutaba, MG, CEP 38302-192, vem à presença e Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e Arquivamento do seguinte documento:

- 1. Ata de Posse da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba, realizada em 01/01/2023 para o mandato de 01/01/2023 a 31/12/2025.**

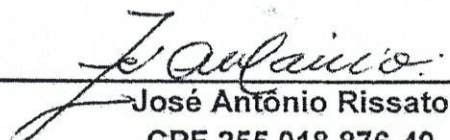
Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembléia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

Requeiro ainda que seja expedida uma Certidão de Resumida do documento Registrado/Averbado.

Recibo das custas em nome de: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba, CNPJ 19.952.902/0001-56

Ituiutaba, MG, 01 de Janeiro de 2023.

**N. Termos  
Aguarda deferimento.**

  
\_\_\_\_\_  
**José Antônio Rissato**  
**CPF 255.018.876-49**  
**PRESIDENTE**





## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG

CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE ITUIUTABA-MG PARA O TRIÊNIO 2023 – 2025.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às 19 horas, na sede da APAE de Ituiutaba, MG, situada na Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva nº 69, neste Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, com a presença dos associados, pais e membros da comunidade em geral conforme registro na lista de presença, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária para posse conforme Edital de Convocação publicado, sendo eleito para condução da Assembleia Geral Ordinária respectivamente o Sr. Clovis Oliveira Gonçalves. A Eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o exercício do mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2025 foi realizada em 25 de novembro de 2022 e considerando a inscrição de chapa única, foi a mesma eleita por aclamação, ficando constituída dos seguintes membros: **Presidente:** Sr. José Antônio Rissato, CPF 255.018.876-49, RG M1308178 SSP/MG, brasileira, Terapeuta Ocupacional, divorciado, residente e domiciliado na Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, CEP 38304-248, Ituiutaba, MG; **Vice-Presidente:** Sra. Soraya Medeiros do Prado e Guimarães, CPF 543.712.796-00, RG M3571596 SSP/MG, brasileira, aposentada, viúva, residente e domiciliada na Rua Horácio Paula Siqueira, nº 180, Setor Universitário, CEP 38302-222, Ituiutaba-MG; **1º Diretor Financeiro:** Sr. Edinei Alves de Oliveira, CPF nº 486.357.406-10, RG M3127718 SSP/MG, brasileira, contador, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, nº 50, Santa Maria, CEP 38304-262, Ituiutaba-MG; **2º Diretor Financeiro:** Sr. José Angelo Marques da Anunciação, CPF nº 448.856.016-49, RG M4579657 SSP/MG, brasileira, aposentado, divorciado, residente e domiciliado na Rua das Primaveras, nº 198, Gardênia, CEP 38301-098, Ituiutaba-MG; **1ª Diretora Secretária:** Sra. Celina Parreira Derze, CPF nº 210.788.156-15, RG MG 232.045 SSP/MG, brasileira, aposentada, casada, residente e domiciliada na Rua 32, nº 1218, Centro, CEP 38300-086, Ituiutaba-MG; **2º Diretor Secretário:** Sr. Clóvis Oliveira Gonçalves, CPF 008.295.436-43, RG M7884308 SSP MG, brasileira, Técnico Industrial, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Teodoro de Carvalho, nº 1177, Platina, CEP 38307-072, Ituiutaba-MG; **Diretora de Patrimônio:** Sra. Patrícia de Fátima Silva Dias, CPF nº 056.548.786-89, RG MG 10.314.244, brasileira, do lar, casada, residente e domiciliada na Rua 51, nº 485, Natal, CEP 38300-303, Ituiutaba, MG; **Diretora Social:** Sra. Daiane Aparecida de Oliveira, CPF nº 076.549.916-90, RG MG-12.863.063 PC/MG, brasileira, cabeleireira, união estável, residente e domiciliada na Rua Celso Roberto Abrão, nº303, Nadime Derze Jorge, CEP 38302-590, Ituiutaba, MG; **Conselho de Administração:** Luiz Roberto de Melo Costa, CPF 288.724.366-72, RG MG1.159.100 PC/MG, brasileira, aposentado, casado, residente e domiciliado na Rua 25, nº1617, Centro, CEP38300-112, Ituiutaba, MG; Maria Aparecida de Oliveira, CPF 712.204.966-34, RG MG-5.203.043 PC/MG, brasileira, auxiliar de serviços gerais, solteira, residente e domiciliada na Rua Roberto Zocolli, nº 60, B Nadime Derze Jorge II, CEP

*C. Dias*  
*Maria Joao*  
*Patrícia*

*Luiz Roberto*  
*Patrícia*  
*Monalisa*  
*Colunga*





# ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG

CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)



38.302-563, Ituiutaba, MG; Maria das Graças Alves Nunes, CPF 034.969.646-26, RG MG-8.011.836 PC/MG, brasileira, do lar, solteira, residente e domiciliada na Rua Seis-A, nº 134, Setor Norte, CEP 38300-242, Ituiutaba-MG; Sônia Aparecida de Souza, CPF 008.629.556-02, RG MG-6.925.697 SSP/MG, brasileira, cuidadora de idosos, solteira, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac, nº 24, B. Carlos Dias Leite, CEP 38.305-234, Ituiutaba, MG e Edileuza Maria Reis Furtado, CPF 044.980.956-30, RG MG-6.878.446 PC/MG, brasileira, do lar, casada, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis, nº 290, B. Novo Tempo II, CEP 38305-238, Ituiutaba, MG; **Conselho Fiscal: Titulares:** Ester Akegawa, CPF 903.261.996-91, RG M-6.587.401 SSP/MG, brasileira, servidora pública, separada, residente e domiciliada na Rua Coronel Adelino Oliveira Carvalho, nº 1013, B. Maria Vilela, CEP 38301-058, Ituiutaba, MG; Sergio Oliveira Cury, CPF 783.558.186-87, RG MG-3.738.857 PC/MG, brasileira, Engenheiro Agrônomo, Casado, residente e domiciliado na Rua Dezenove, nº 1497, Centro, CEP 38300-124, Ituiutaba, MG e Cristina Garvil, CPF 508.392.846-91, RG M1262050 SSP/MG, brasileira, arquiteta, viúva, residente e domiciliada na Rua 28, nº 1222, Centro, CEP 38300-082, Ituiutaba, MG; **Suplentes:** Patrícia Silva Oliveira, CPF 066.304.606-85, RG MG-13.905.645 SSP/MG, brasileira, auxiliar de serviços gerais, solteira, residente e domiciliada na Rua Adão Isidoro da Silva, nº 106, B. Nadime Derze Jorge, CEP 38302-549, Ituiutaba, MG; Eleusa do Carmo Dias, CPF 828.389.096-49, RG MG-11.797.192 PC/MG, brasileira, do lar, residente e domiciliada na Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 430, B. Novo Mundo, CEP 38307-029, Ituiutaba, MG; e Monalisa Borges Martins Gonçalves, CPF 068.087.746-09, RG MG-12.748.531 PC/MG, brasileira, pedagoga, divorciada, residente e domiciliada na Rua Ataíde Quirino Ribeiro, nº 615, B. Universitário, CEP 38302-161, Ituiutaba, MG. Fica empossada a Diretoria supracitada nesta data de 01º de Janeiro de 2023, investida de todas as atribuições previstas no estatuto da instituição. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja ata foi lavrada por mim, Clovis Oliveira Gonçalves e assinada pela diretoria empossada.

*José Antônio Rissato*  
**Presidente:** José Antônio Rissato  
CPF nº 255.018.876-49;

*Soraya Medeiros do Prado e Guimarães*  
**Vice- Presidente:** Soraya Medeiros do Prado e Guimarães  
CPF nº 543.712.796-00;

*Edinei Alves de Oliveira*  
**1º Diretor Financeiro:** Edinei Alves de Oliveira  
CPF nº 486.357.406-10;

*Patrícia*

*Eleusa*

*Monalisa*

*Monalisa*

*Eleusa*

*Maria*

*Que*





# ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG

CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)



*[Signature]*  
**2º Diretor Financeiro:** José Angelo Marques da Anunciação  
CPF nº 448.856.016-49;

*[Signature]*  
**1ª Diretora Secretária:** Celina Parreira Derze  
CPF nº 210.788.156-15

*[Signature]*  
**2º Diretor Secretário:** Clóvis Oliveira Gonçalves  
CPF nº 008.295.436-43;

*[Signature]*  
**Diretora de Patrimônio:** Patrícia de Fátima Silva Dias  
CPF nº 056.548.786-89;

*[Signature]*  
**Diretora Social:** Daiane Aparecida de Oliveira  
CPF nº 076.549.916-90;

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

*[Signature]*  
Luiz Roberto de Melo Costa  
CPF nº 288.724.366-72;

*[Signature]*  
Maria Aparecida de Oliveira  
CPF nº 712.204.966-34;

*[Signature]*  
Edileuza Maria Reis Furtado  
CPF nº 004.980.956-30;

*[Signature]*  
Maria das Graças Alves Nunes  
CPF nº 034.969.646-26;

*[Signature]*  
Sônia Aparecida de Souza  
CPF nº 008.629.556-02;





# ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA

Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, 69 - Universitário - CEP 38302-192 - Ituiutaba - MG

CNPJ: 19.952.902/0001-56 - IE: Isento.

Telefone: (34) 3269-8381. E-mail: [ituiutaba@apaemg.org.br](mailto:ituiutaba@apaemg.org.br)

## CONSELHO FISCAL:

*Ester Akegawa*  
Ester Akegawa (titular)  
CPF nº 903.261.996-91;

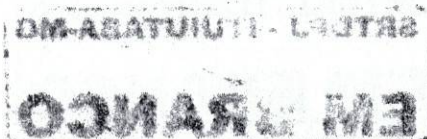
*Sergio Oliveira Cury*  
Sergio Oliveira Cury (titular)  
CPF nº 783.558.186-87;

*Cristina Garvil*  
Cristina Garvil (titular)  
CPF nº 508.392.846-91;

*Patrícia Silva Oliveira*  
Patrícia Silva Oliveira (Suplente)  
CPF nº 066.304.606-85;

*Eleusa do Carmo Dias*  
Eleusa do Carmo Dias (Suplente)  
CPF nº 828.389.096-49;

*Monalisa Borges Martins Gonçalves*  
Monalisa Borges Martins Gonçalves (Suplente)  
CPF nº 068.087.746-09;







**APAE**  
Ituiutaba - MG

## RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES

### **Diretoria Executiva**

**Presidente:** José Antônio Rissato,  
Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 255.018.876-49 ; RG M-1 308.178 / SSP MG / CNH 01581020367 / DETRAN MG  
Emissão 25/06/2021

**Vice- Presidente:** Soraya Medeiros do Prado e Guimarães,  
Rua Geraldo Clarimundo Costa, nº 109, Setor Universitário, Ituiutaba-MG  
CPF nº 543.712.796-00; RG M-3.571.596 / SSP MG / CNH 02613014358 / DETRAN MG  
Emissão 13/09/2021

**1º Diretor Secretário:** Celina Parreira Derze,  
Rua 32, nº 1218, Centro, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 210.788.156-15; RG MG-232.045 / PC MG Emissão 19/12/2008

**2º Diretor Secretário:** Clóvis Oliveira Gonçalves,  
Rua Joaquim Teodoro de Carvalho, nº 1177, Platina, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 008.295.436-43; RG M-7 884.308 / SSP MG / CNH 01967540534 / DETRAN MG  
Emissão 05/11/2021

**1º Diretor Financeiro:** Edinei Alves de Oliveira,  
Rua 5, nº 50, Santa Maria, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 486.357.406-10; RG M-3.127.718 / SSP MG / CNH 00897747454 / DETRAN MG  
Emissão 10/01/2020

**2º Diretor Financeiro:** José Ângelo Marques da Anunciação,  
Rua das Primaveras, nº 198, Gardênia, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 448.856.016-49; RG M- 4.579.657 / SSP MG / CNH 03455214054 / DETRAN MG  
Emissão 02/05/2020

**Diretor de Patrimônio:** Patrícia de Fátima Silva Dias,  
Rua 51, nº 485, Natal, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 056.548.786-89; RG MG-10.314.244 / PC MG Emissão 09/09/2015

**Diretor Social:** Daiane Aparecida de Oliveira,  
Rua Celso Roberto Abrão, nº 303, Nadime Derze I, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 076.549.916-90; RG MG-12.863.063 / PC MG Emissão 03/12/2010

*FAC.*





**APAE**  
Ituiutaba - MG

## **Conselhos**

### **Conselho de Administração:**

Luiz Roberto de Melo Costa,  
Av. 25, nº1617, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 38300-112  
CPF Nº 288.724.366-72; RG MG-1.159.596.100 / PC MG / Emissão 22/09/2014

Maria Aparecida de Oliveira,  
Rua Roberto Zocolli, nº 60, Nadime Derze II, Ituiutaba-MG, CEP 38302-563  
CPF nº 712.204.966-34; RG MG-5.203.043 / PC MG Emissão 16/10/2015

Edileuza Maria Reis Furtado  
Rua Machado de Assis, nº290, Novo Tempo II, Ituiutaba-MG, CEP 38305-238  
CPF nº 004.980.956-30; RG MG-6.878.446 / PC MG Emissão 20/04/2016

Maria das Graças Alves Nunes;  
Rua 6 A, nº 134, Setor Norte, Ituiutaba-MG, CEP 38300-242  
CPF nº 034.969.646-26; RG MG-8.011.836 / PC MG Emissão 26/02/2018

Sônia Aparecida de Souza;  
Rua Olavo Bilac, nº 24, Carlos Dias Leite, Ituiutaba-MG, CEP 38305-234  
CPF nº 008.629.556-02, RG MG- 6.925.697 / SSP MG Emissão 17/09/1996

### **Conselho Fiscal:**

#### *Titulares:*

Ester Akegawa,  
Rua Coronel Adelino Oliveira Carvalho, nº 1013, Maria Vilela, Ituiutaba-MG, CEP 38301-058  
CPF nº 903.261.996-91; RG M6.587.401- / SSP MG Emissão 26/01/90

Sergio Oliveira Cury  
Rua vinte, nº 2278, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 38300-124  
CPF nº 783.558.186-87; RG MG-3.738.857 / PC MG Emissão 09/05/2007

Cristina Garvil,  
Rua 28, nº 1151, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 3830082  
CPF nº508.392.846-91; RG M-1.262.050 / SSP MG / CNH 00748060107 / DETRAN MG Emissão 18/07/2019

#### *Suplentes:*

Patrícia Silva Oliveira,  
Rua Adão Isidoro da Silva, nº 106, Nadime Derze II, Ituiutaba-MG, CEP 38302-549  
CPF: 052.845.786-19; RG MG-13.905.645 / SSP MG Emissão 07/12/2001

Eleusa do Carmo Dias  
Rua 25, nº 430, Novo Mundo, Ituiutaba-MG, CEP 38307-029





**APAE**  
Ituiutaba - MG

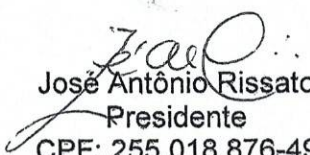
CPF 828.389.096-49; RG MG-11.797.192 / PC MG Emissão 29/07/2010

Monalisa Borges Martins Gonçalves

Av. Taide Quirino Ribeiro, nº 615, Universitário, Ituiutaba-MG, CEP 38302-161

CPF nº068.087.746-09; RG MG-12.748.531 / PC MG Emissão 06/02/2013

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME: JOSE ANTONIO RISSATO

DOC. IDENTIDADE / OUT. HABILITAÇÃO Nº: M1308178 622 MG

CPF: 295.018.576-49 DATA NASCIMENTO: 02/12/1957

NÚMERO: PERCILLIO RISSATO

TEREZINHA SILVA RISSATO

NASCIMENTO: 24/09/2026 ACB: CALHA: B

Nº RENJATO: 0118101977 VALOR: 11/07/1991

PROIBIDO PLASTIFICAR

2218101977

2218101977

LOCAL: ITUIUTABA, MG DATA EMISSÃO: 25/06/2021

Endereço da Cursada Nota: 85926546761  
Destino DETRAN-MG: 8596654014

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

PRIMEIRO JUIZ DE DIREITO - JUIZ DE DIREITO DE 1ª INSTÂNCIA

1º Tabelionato de Notas de Ituiutaba - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por min rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Ituiutaba, 30/04/2025 09:24:26 18774

SELO DE CONSULTA: IUH91691

CODIGO DE SEGURANÇA: 3341.2568.6951.7886

Quantidade de atos praticados: 01

Atos praticados por: Wesley Parreira de Oliveira - Tabelião

Emol: R\$8,17 - TPI: R\$2,54 - Total: R\$10,71 - ISS: R\$0,30

Consulta a validade: Jesta, selo no site: <https://se.os-jmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ADM31155

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322.136.0087.  
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO  
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

JOSE ANTONIO RISSATO  
RUA CLAUDIO MANOEL DA COSTA 1901 CS  
INDEPENDENCIA  
38304-248 ITUIUTABA, MG  
CPF 255.0\*\*.\*-\*\*-\*\*

Referente a Vencimento Valor a pagar (R\$)  
**SET/2025 11/10/2025 109,68**



NOTA FISCAL Nº 312160190 - SÉRIE 000  
Data de emissão: 25/09/2025  
Consulte pela chave de acesso em:  
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>  
chave de acesso:  
31250906981180000116660003121601902076832356  
Protocolo de autorização: 1312500337352829  
25.09.2025 às 22:51:57  
Emitida em Contingência

Nº DA INSTALAÇÃO  
**3003001341**

Classe	Subclasse	Modalidade Tarifária	Datas de Leitura			
Residencial	Residencial	Convencional B1	Anterior	Atual	Nº de dias	Próxima
Bifásico			26/08	25/09	30	27/10

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Valores Faturados		PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Aliq. ICMS	ICMS	Tarifa Unit.
			Preço Unit	Valor (R\$)					
Custo de Disponibilidade				59,77	2,15	59,77	18,00	10,76	0,00000000
Energia SCEE ISENTA	kWh	225	0,58357000	131,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Energia compensada GD II	kWh	225	0,46784006	-105,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,46784006
Ajuste Custo Disponibilidade				-26,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000000
Contrib Ilum Publica Municipal				49,58					
Juros 1%am sobre conta 07/25 pg 25/08/25				0,26					
Preção IPCA/IGPM s/ conta 07/25 pg 25/08/25				0,07					
<b>TOTAL</b>				<b>109,68</b>	<b>2,15</b>	<b>59,77</b>		<b>10,76</b>	
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pagar				2,83					

#### Informações Técnicas

Tipo de Medição	Medição	Leitura		Constante de Multiplicação	Consumo kWh
		Anterior	Atual		
Energia kWh	ART230406998	4.827	5.074	1	247
Energia Injetada	ART230406998	14.991	15.773	1	782

#### Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 1.460,00 kWh. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). AGO/25 Band. Verm. P2 - SET/25 Band. Verm. P2.

#### Reservado ao Fisco

	Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	59,77	18,00	10,76
PASEP	49,01	0,79	0,38
COFINS	49,01	3,63	1,77

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

Código de Débito Automático  
**008132998330**

Instalação  
**3003001341**

Vencimento  
**11/10/2025**

Total a pagar  
**R\$109,68**

Setembro/2025  
Comprovante de Pagamento



567



## MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASIFICAR





DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.  
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO  
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

SORAYA MEDEIROS DO PRADO GUIMARAES  
RUA GERALDO CLARIMUN COSTA 109 CX 1  
SETOR UNIVERSITARIO  
38302-182 ITUIUTABA, MG  
CPF 543.7\*\* \*\*

Referente a Vencimento Valor a pagar (R\$)  
**SET/2025 11/10/2025 897,67**



NOTA FISCAL Nº 313235433 - SÉRIE 000  
Data de emissão: 28/09/2025  
Consulte pela chave de acesso em:  
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>  
chave de acesso:  
31250906981180000116660003132354332058981333  
Protocolo de autorização: 1312500338533569  
28.09.2025 às 16:13:40  
Emitida em Contingência

Nº DA INSTALAÇÃO  
**3007703027**

Classe	Subclasse	Modalidade Tarifária	Datas de Leitura			
Residencial	Residencial	Convencional B1	Anterior	Atual	Nº de dias	Próxima
Bifásico			28/08	27/09	30	29/10

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Preço Unit	Valor (R\$)	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Aliq. ICMS	ICMS	Tarifa Unit.
Energia Elétrica	kWh	682	1,19597171	815,03	29,53	815,03	18,00	146,70	0,93735000
Energia SCEE ISENTA	kWh	128	0,58357000	74,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Energia compensada GD I	kWh	128	0,58357000	-74,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Contrib Ilum. Pública Municipal				82,64					
<b>TOTAL</b>				<b>897,67</b>	<b>29,53</b>	<b>815,03</b>		<b>146,70</b>	
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pagar				68,47					

#### Informações Técnicas

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia kWh	APJ230028720	9.135	9.944	1	809

#### Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 0,00 kWh. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). AGO/25 Band. Verm. P2 - SET/25 Band. Verm. P2.

#### Reservado ao Fisco

	Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	815,03	18,00	146,70
PASEP	668,33	0,79	5,27
COFINS	668,33	3,63	24,26

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.



PIX Pague Aqui

Código de Débito Automático  
**008131410279**

Setembro/2025

Instalação  
**3007703027**

Vencimento  
**11/10/2025**

Total a pagar  
**R\$897,67**

8361000008-9 97670138003-3 91646086933-9 08131410279-9

**ATENÇÃO:**  
**DÉBITO AUTOMÁTICO**





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




*Celina Parreira Derze*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-232.045 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/12/2008

NOME CELINA PARREIRA DERZE

PATRIÇÃO SERASTIÃO MARTINS PARREIRA  
EVONE CARVALHO PARREIRA

NATURALIDADE ITUIUTABA-MG DATA DE NASCIMENTO 6/12/1952

DOC ORDEM CAS. LV-B-1 FL-158V  
ITUIUTABA-MG

CPF 210788154-1

ELI-1255

*Nilma S. Reis Santos*  
NILMA S. REIS SANTOS  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83





Comitê Auditor da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
SENAI - SINDUSCON S.A. CNPJ 06.501.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 032.322136-00/07  
R. SENECA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - RUA DO SANTO AGOSTINHO - CEP: 53156-131 - BELO HORIZONTE - MG

CELINA PERREIRA DERZE  
RUA TRINTA E DOIS 1218 CS

CENTRO  
ITUJUTABA - MG  
CEP: 38300086

CPF: 210.724.723-04

Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Situação	Classe
3000837531	RESIDENCIAL	Monofásico
Anterior	Atual	Próximo
07/07	06/08	08/09
Tarifa Convencional		



Controle: 3206137322710079 Data da impressão: 06/08/2025 12:02:07  
NOTA FISCAL: 295144287 Série: 000 Data de emissão: 06/08/2025  
Chave de acesso: 31250806981180000116660002951442872099292480  
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMN241051735	15	16	1	1

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Custo de Disponib.		0	0,00000000	35,03	1,43	35,03	18,00	6,30	0,00000000
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 01/25 pg 11/07/25				0,77					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 02/25 pg 11/07/25				0,07					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 03/25 pg 11/07/25				0,06					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 04/25 pg 11/07/25				0,08					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 05/25 pg 11/07/25				0,07					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 06/25 pg 11/07/25				0,83					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 11/24 pg 11/07/25				0,68					
Conexão IPCA-IGPM s/ conta 12/24 pg 11/07/25				6,30					
Juros 1% an sobre pagamento em: 11/07/25				31,89					
Cobrança da Conta de Energia de 06/2025				30,11					
Cobrança da Conta de Energia de 07/2025				-0,73					
Bônus ITAIPU - art. 21 da Lei 10.438/2002									

Total 104,04 1,43 35,04 6,30  
BANDEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar 1,36  
BANDEIRA VERMELHA P2 - Já incluído no valor a pagar 0,59  
Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
AGO/2025	11/09/2025	R\$ 104,04

Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %:	Valor (R\$):
ICMS 35,03	18,00	R\$ 6,30
ICMS 28,73	0,89	R\$ 0,25
PASEP 28,73	4,11	R\$ 1,18
COFINS		

Mês/Ano	Consumo kWh	Media kWh/dia	Dias de Faturam.
AGO/2025	1	0,03	30
JUL/2025	0	0,00	32
JUN/2025	2	0,06	31
MAI/2025	0	0,00	32
ABR/2025	0	0,00	28
MAR/2025	0	0,00	30
FEV/2025	0	0,00	28
JAN/2025	11	0,34	32
DEZ/2024	0	0,00	31
NOV/2024	1	0,03	28
OUT/2024	0	0,00	43
SET/2024	0	0,00	0
AGO/2024	0	0,00	0

REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES

Informações Gerais

JUL/25 Band. Verm. P1 - AGO/25 Band. Verm. P2. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade



CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
008144643015	11/09/2025	R\$ 104,04
REFERENTE A: AGO/2025	Nº DA INSTALAÇÃO: 3000837531	



*Cartão  
Eleitoral*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
NOME <b>CLOVIS OLIVEIRA GONCALVES</b>		
DOC. IDENTIDADE / Cód. Emissor / UF <b>M7884308 BPP MG</b>		
CN <b>008.295.436-43</b>		
DATA NASCIMENTO <b>20/10/1975</b>		
FILIAÇÃO <b>JOSE BATISTA GONCALVES</b>		
<b>TEREZINHA OLIVEIRA GONCALVES</b>		
PERMISSÃO <b>ACC</b>		
CAT. HAB. <b>AD</b>		
IP REGISTRO <b>01967540534</b>		
VALIDADE <b>04/11/2031</b>		
1ª HABILITAÇÃO <b>22/10/1996</b>		
OBSERVAÇÕES		
LOCAL <b>ITUIUTABA, MG</b>		
ASSINATURA DO PORTADOR		
DATA EMISSÃO <b>05/11/2021</b>		
Eunício da Cunha Neto Diretor DETRAN/MG		
56868261020		
ASSINATURA DO EMISSOR		
M3505124841		
MINAS GERAIS		

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2277513150

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2277513150





DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.  
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO  
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

CLOVIS OLIVEIRA GONCALVES  
RUA JOAQUIM TEODORO DE CARVALHO 1177 CS  
PLATINA  
38307-072 ITUIUTABA, MG  
CPF 008.2\*\* \*\*\*.\*\*

Referente a Vencimento Valor a pagar (R\$)  
OUT/2025 27/10/2025 97,54



NOTA FISCAL Nº 318313834 - SÉRIE 000  
Data de emissão: 14/10/2025  
Consulte pela chave de acesso em:  
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>  
chave de acesso:  
31251006981180000116660003183138341026323957  
Protocolo de autorização: 1312500342835341  
14.10.2025 às 22:43:24

Nº DA INSTALAÇÃO  
3006724520

Classe	Subclasse	Modalidade Tarifária	Anterior	Datas de Leitura	Próxima
Residencial	Residencial	Côncorrential B1	11/09	Atual 13/10	Nº de dias 32
Monofásico					10/11

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Valores Faturados	PIS/COFINS	Base Calc.	Aliq.	ICMS	Tarifa Unit.
Energia Elétrica	kWh	30	1,18484576	35,52	1,43	35,52	18,00	0,92348063
Energia SCEE ISENTA	kWh	317	0,58357000	184,99	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Energia compensada GD I	kWh	317	0,58357000	-184,99	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Contrib Ilum Publica Municipal			62,02					
TOTAL			97,54	1,43	35,52		6,39	
Bandeira Vermelha - Já Incluído no valor a pagar			0,68					
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pagar			1,80					

Informações Técnicas					
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia kWh	ARL229104519	8.961	9.308	1	347
Energia Injetada	ARL229104519	15.098	15.438	1	340

**Informações Gerais**  
SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 1.478,00 kWh. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. SET/25 Band. Verm. P2 - OUT/25 Band. Verm. P1.

Histórico de Consumo			
MÊS/ANO	Cons. kWh	Média kWh/Dia	Dias
OUT/25	347	10,84	32
SET/25	258	8,32	31
AGO/25	188	5,87	32
JUL/25	183	6,10	30
JUN/25	243	7,36	33
MAI/25	235	7,83	30
ABR/25	252	9,00	28
MAR/25	282	8,81	32
FEV/25	182	6,50	28
JAN/25	270	9,00	30
DEZ/24	324	9,81	33
NOV/24	160	5,71	28
OUT/24	312	10,06	31

Reservado ao Fisco

	Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	35,52	18,00	6,39
PASEP	29,13	0,88	0,25
COFINS	29,13	4,07	1,18

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.



PIX Pague Aqui

Código de Débito Automático  
008017163018  
Outubro/2025

Instalação  
3006724520

Vencimento  
27/10/2025

Total a pagar  
R\$97,54

83630000000-4 97540138001-2 43924262733-9 08017163018-1

ATENÇÃO:  
DÉBITO AUTOMÁTICO





EM BRANCO



SANTA MARIA  
ITUUBA - MG  
CEP: 38304202

CPF: 488.342.774-23

Nº de Inscripción	Denominación	Categoría
3011419934	Residencial	Alfabeto
Anterior	Actual	Proxima
26/08	25/09	27/10
		Tarifa Convencional



União Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela  
Lei nº 10.438 de abril de 2007  
Controlador: 32025514331/00057 Data de impressão: 24/09/2025 17:17:10  
NOTA FISCAL 332153633-Série: 000 Data de emissão: 25/09/2025  
Chave de acesso: 332153069818900011686000321536332006584869  
EXATIDÃO EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.spod.fazenda.sp.gov.br/apudsp/g>

Tipos de Energia	Município	Consumo Anterior	Consumo Atual	Coeficiente de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	ARL211122435	16376	16694	1	318
Energia Instalada	ARL211122435	24580	25436	1	556

Itens da fatura	Liqtd.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Taxita unit.
Energia Elétrica	MWh	50	1.195,97171	59.77	2,15	59.77	18,00	10,78	0,93735000
Energia SCGE SENTA	268	0,68357000	156,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68357000
Energia subscrita da GD1	268	0,68357000	156,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68357000

Contrib. Custeio Ilum. Publica

66.11

Total	126,88	2,16	59,77	10,76
Pág 1 de 1				

REFERENTE A		VENO/ANEXO		TOTAL A PAGAR	
SET/2025		11/10/2025		R\$ 125,88	
Base de Cálculo (Wh)		Aluguel %		Valor (R\$)	
IGAS	59,77	18,00	R\$ 10,78		
IGAS	49,01	0,70	R\$ 0,38		
TRASP	49,01	3,63	R\$ 1,77		
OTRIS					

Histórico de Consumo				SOMARIO DE CONTAS VENCIDAS / DEBITOS ANTERIORES
Mas/A	Consumo kWh	Media kWh/dia	Dias de Faturam.	
SET/2025	318	10,60	30	
AGO/2025	314	9,51	33	
JUL/2025	263	9,06	29	
JUN/2025	337	10,21	33	
MAI/2025	337	11,62	29	
ABR/2025	301	10,03	30	
MAR/2025	220	6,87	32	
FEV/2025	177	6,32	28	
JAN/2025	352	11,00	32	
DEZ/2024	363	12,96	28	
NOV/2024	295	9,51	31	
OUT/2024	549	17,70	31	
SET/2024	407	14,03	29	

**Plotting the Future**

**SALDO ATUAL DE GERAÇÃO:** 867,00 kWh. AGO/25 Band: Verim. P2. SET/25 Band: Verim. P2. Tarifa vigente conforme Res. Anelinc n.º 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar n.º 14.122. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua cta. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta quita todos débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseados no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações de atividade exercida no local. Para sua adesão, por recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br/licitura](http://www.cemig.com.br/licitura) realizada com calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade



CÓDIGO DE BARRAS AUTOMÁTICO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
008029754390	11/10/2025	R\$ 125,88

SET/2023 3011819934

DEBITO AUTOMATICO  
835200000001-3 25880138001-9 53454004611-5 08028754390-4





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME JOSE ANGELO MARQUES DA ANUNCIACAO



FILIAÇÃO  
MARIA MARGARIDA MARQUES  
DOMINGOS MARQUES DA CRUZ  
DATA NASCIMENTO 19/11/1960 ORGÃO EXPEDIDOR PCMG FATOR RH A+  
NATURALIDADE ITUIUTABA-MG  
OBSERVAÇÃO \*\*\*\*\*

*Assinatura do titular*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Valid

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DNI \*\*\*\*\* PII-1255 VIA-2

MG-4.579.657 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/11/2023

ITUIUTABA-MG

CPTS / SÉRIE / UF  
\*\*\*\*\*

IDENTIDADE PROFISSIONAL  
\*\*\*\*\*

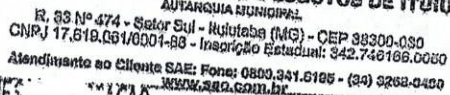
CNS  
708009397173723

POLEGAR DIREITO

APRILIANA DE SAUS MONTEIRO  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LIDA EM TORO





MES/ANO: 10/2025  
NR. GUIA  
19671102025-1  
CATEGORIA: QTD

LIGACAO: 19671-7 ID.ELETRO.: 70619671003

1-RES:

DESLERCAO

VALOR

3. 6kt

6, 13, 2

11

AUTARQUIA MUNICIPAL IMAME DI TRRF CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

04/09/2025	04/10/2025	08/11/2025	R\$ 26,78
1722 m3	1731 m3	9 m3	7 m3
X12L004879	1.2 m3	1/2"	08/02/2013

[illegible]

JOSE ANGELO MARQUES ANUNCIACAO  
RUA DAS PRIMAVERAS, 198, GARDENIA  
13201-000, ITULUBA BA : 6 720

**SECRET**

1-105	RS	26,78
-------	----	-------

1-25: 26





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL - SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO



FOR LEGAL ESTATO



Patrícia de Fátima Silva Dias

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DAUS & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Registro  
Vital MG-10.314.244

NOME PATRÍCIA DE FÁTIMA SILVA DIAS

DATA DE  
Emissão 09/09/2015

PRIMEIRO  
MÁRIO DE FÁTIMA DE SILVA

ESTADO DE  
ITUUBERA-MG

RESERVA CAS. LV-B41 FL 178V

ITUUBERA-MG

056546786-89

DATA DE NASCIMENTO  
5/6/1981

LEITIA ALESSI MACHADO ROGÉDO  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N 7.115 DE 29/08/83

THOMAS DAUS & SONS





Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087  
AV. BARBACENA, 1.200 - 1º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

PATRICIA DE FÁTIMA SILVA

RUA CINQUENTA E UM 485 CS

NATAL  
ITUIUTABA - MG  
CEP: 38300303

CPF: 056.511.111-11

### Nº DO CLIENTE:

Nº de Instalação	Rendimento	Classe
3000653286	Baixa Renda	Monofásico
Data de Leitura		Modalidade Tarifária
Anterior	Atual	Tarifa
16/07	18/08	17/09
		Convencional



Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela  
Lei nº 10.438 de abril de 2002  
Controlador: 3206211387453/0014 Data da impressão: 18/08/2025 08:06:10  
NOTA FISCAL: 298996531 Série: 000 Data de emissão: 18/08/2025  
Chave de acesso: 31250806981180000116660002989965312013196459  
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.eped.fazenda.mg.gov.br/epedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMO 237109973	3939	4231	1	292

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc.	Alíquota	ICMS	Tarifa
Energia Elétrica	kWh	292	0,97118334	283,66	232,62	283,66	18,00	51,04	0,75655182
Desconto tarifa social	kWh	80	0,97118334	-77,67	-3,17	-77,67	18,00	-13,98	0,75655182
Contrib. Custo Ilum. Pública				66,09					
Multa 2% sobre cont. de 07/2025				2,99					
Correção IPCA 4,41 PM's. conta 06/25 pg 04/08/25				0,38					
Juros 1,41% sobre pagamento em: 04/08/25				1,64					
Bonus ITAPIU jul. 21 de 10 439/2002				-16,90					

Total	247,09	8,44	206,89	37,06
BANDEIRA VERMELHA P1 - J3 incluído no valor a pagar	6,61			
BANDEIRA VERMELHA P2 - J3 incluído no valor a pagar	11,69			

Pág 1 de 1

REFERENCIA		PERÍODO	TOTAL A PAGAR
AGO/2025		11/09/2025	R\$ 247,09
Base de Cálculo (R\$):		Alíquota %	Valor (R\$)
ICMS	209,89	18,00	R\$ 37,06
ICMS	168,83	0,89	R\$ 1,50
PASEP	168,83	4,11	R\$ 6,94
COFINS			
Consumo da Comodidade		Dias de Faturam.	
Mês/Ano	kWh	kWh/dia	
AGO/2025	292	8,84	33
JUL/2025	240	7,50	32
JUN/2025	203	9,12	31
MAI/2025	335	11,16	30
ABR/2025	315	11,25	28
MAR/2025	458	14,31	32
FEV/2025	225	8,03	28
JAN/2025	329	10,61	31
DEZ/2024	355	11,09	32
NOV/2024	306	10,92	28
OUT/2024	399	12,87	31
SET/2024	351	10,63	33
AGO/2024	203	7,00	29
Até 18/09/25		Até 18/09/25	
Débitos que sujeitam ao corte:		Débitos que sujeitam ao corte:	
Mês/Ano	Valor(R\$)	Prev.Corte	Prev.Corte
07/2025	207,58	01/09/2025	01/09/2025
A Religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês que ocorrer suspensão a religação será cobrada, no mínimo, o custo de disponibilidade			

REVISÃO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES  
Até 18/09/25  
Débitos que sujeitam ao corte:  
Mês/Ano Valor(R\$) Prev.Corte  
07/2025 207,58 01/09/2025

A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês que ocorrer suspensão a religação será cobrada, no mínimo, o custo de disponibilidade.

FATURAMENTO PEÇA TARIFA SOCIAL DESTINADA AOS 55 ANOS. JUL/25 Band. Verm. P1 - AGO/25 Band. V. P2. Tarifa vigente conforme Res Anel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Pela legislação regulatória, os descontos a que se refere o Decreto Federal 7.891/13 também integram a base de cálculo do PASEP e COFINS. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). Leitura realizada cont. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade

68









Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.901.180/0001-16 - FONE: 0800 322134.0007  
AV. BARRACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BARRACENA - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

RUA CELSO ROBERTO ABRAO 303 CS

RESIDENCIAL NADIME DERZE JORGE

ITUJUTABA - MG

CEP: 38302590

CPF: 076.5\*\* 333.33

Nº DO CLIENTE:

Nº de Medição	3012307073	Segmento	Residencial	Classe	Monofásico
Subseção	23/06	Subseção	22/07	Subseção	22/08
Tarifa Convencional					



Controle: 32052/1356917/0121 Data de impressão: 22/07/2025 08:58:32  
NOTA FISCAL: 291046655 Série: 000 Data de emissão: 22/07/2025

Chave de acesso: 31250706981180000116860002910466552034702254  
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMH138087052	30075	30352	277

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS	Base Calc.	Alíquota	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	277	0,93419977	258,74	COFINS	ICMS	ICMS	ICMS	
Desconto tarifa social	kWh	-80	0,00000000	0,00	0,00	258,74	18,00	46,57	0,73793000
Contrib. Custeio Ilum. Pública				61,69					
Correção IPCA/IGPM a conta 06.26 pg 03.07.25				0,48					
Juros 1% am sobre pagamento em: 03.07.25				1,84					

Total  
BANDEIRA VERMELHA P1 - Já incluindo do valor a pagar 27,69

REFERENCIAL	06/08/2025	TOTAL A PAGAR
JUL/2025		R\$ 238,02

ICMS	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %	Valor (R\$):
ICMS	184,02	18,00	R\$ 33,12
ICMS	150,90	0,65	R\$ 0,98
PASEP	150,90	3,02	R\$ 4,55
COFINS			

Mês/Ano	Consumo kWh	Preço kWh/dia	Dias de Faturam.
JUL/2025	277	9,55	29
JUN/2025	322	9,75	33
MAI/2025	289	9,96	29
ABR/2025	332	10,37	32
MAR/2025	313	10,43	30
FEV/2025	267	9,53	28
JAN/2025	302	9,15	33
DEZ/2024	240	8,57	28
NOV/2024	267	8,90	30
OUT/2024	303	9,18	33
SET/2024	278	9,58	29
AGO/2024	281	9,06	31
JUL/2024	281	8,78	32

FATURAMENTO PELA TARIFA SOCIAL DESCONTO DE R\$ 55,46. JUN/25 Band. Verm. P1 - JUL/25 Band. V P1. Tarifa vigente conforme Res Anel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Pela legislação regulatória, os descontos a que se refere o Decreto Federal 7.891/13 também integram a base de cálculo do PASEP e COFINS. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-1.159.100 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/09/2014

NOME LUIZ ROBERTO DE MELO COSTA

FILIAÇÃO GERSON GONCALVES DA COSTA  
MARIA ILZA DE MELO COSTA

NATURALIDADE RESUMIA-MG DATA DE NASCIMENTO 17/4/1952

DOC. ORIGEM CAS. LV-95 FL-22V

ITUIUTABA-MG

CPF 288724366-72

LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83





**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030  
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.748168.0050  
Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8165 - (34) 3288-0400  
www.sas.com.br

**LUIZ ROBERTO DE MELO COSTA\***  
AV 25, 1617, C/ 20 E 22, CENTRO  
38300-112, ITUIUTABA MG 15-15-870

MES/ANO: 07/2025

NR. GUIA

10621072025-1

CATEGORIA/OTDE

LIGACAO: 10621-1 ID. ELETRO.: 11510621015

1-RES:

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	17,21
TBO ESGOTO	12,04
TARIFA DE AGUA	259,97
TARIFA DE ESGOTO	181,98
DOACAO LAR IDOSO BEZ. MENEZES	10,00
DOACAO APAE/AVCCI	10,00

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
EM RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
23/06/2025	21/07/2025	20/08/2025	R\$ 491,20
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
2992 m3	3042 m3	50 m3	50 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
A186631247	3 m3	1/2"	07/06/2019

CORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				RESCISAO
MES	CONSUMO	DIFERENCA	MEDIA	COMUNIDADE DE AGUA E ESGOTO DE ITUIUTABA
6/2025	47	32	1,47	1. AUTORES DE ROUBO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS
5/2025	48	30	1,60	2. AUTORES DE FURTO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS
4/2025	47	31	1,52	3. AUTORES DE FURTO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS
3/2025	50	30	1,67	4. AUTORES DE FURTO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS
2/2025	42	29	1,45	5. AUTORES DE FURTO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS
1/2025	53	32	1,66	6. AUTORES DE FURTO, RECEITAÇÃO, TRAFICO DE DROGAS

DETALHES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIGENTE		PERIODO DA ANALISE		
		01/06/2025 a 30/06/2025		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR ENCONTRADO	VALOR MAXIMO PERMITIDO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,19	0,64
Cor Aparente	UH	ate 15,0	0,00	2,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,98	1,62
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,73
pH		de 6,0 a 9,5	6,90	7,31
oliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
olif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

PAR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - ENTRESSAO: 21/07/2025 12:14 PAGUE POR PIX

**LUIZ ROBERTO DE MELO COSTA\***  
AV 25, 1617, C/ 20 E 22, CENTRO  
38300-112, ITUIUTABA MG 15-15-870



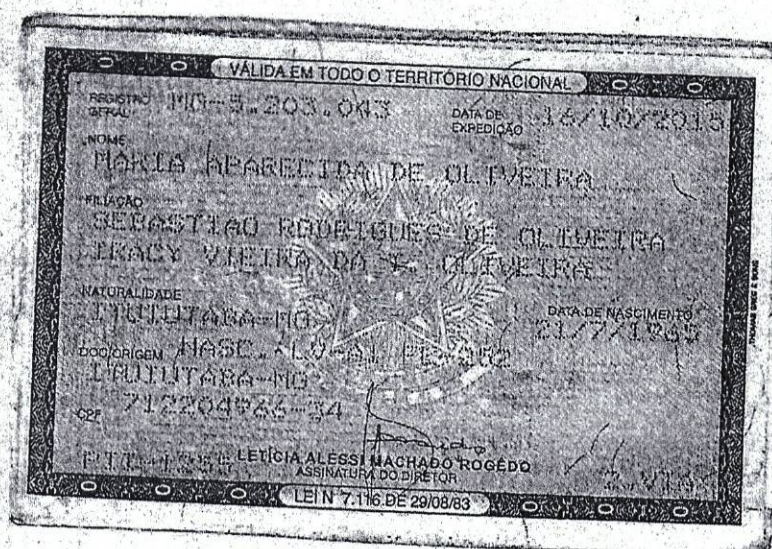
LIGACAO: 10621-1 ID. ELETRO.: 11510621015

VENCIMENTO	MES/ANO: 07/2025	CATEGORIA/OTDE	VALOR A PAGAR
20/08/2025	NR. GUIA 10621072025-1	1-RES;	R\$ 491,20

82620000004-8 91200074202-9 50820000001-8 06210720251-7











Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087  
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

RUA ROBERTO ZOCOLLI 60 CS

RESIDENCIAL NADIME DERZE JORGE

II ITUIUTABA - MG

CEP: 38302563

CPF: 712.244.888-00

## Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3012558932	RESIDENCIAL	Monofásico
Data de Vencimento		
Anterior	Atual	Próxima
23/06	22/07	22/08
Modalidade Tarifária		
Tarifa Convencional		



Controle: 3205211369280152 Data da impressão: 22/07/2025 08:56:04  
NOTA FISCAL: 291055217 Série: 000 Data de emissão: 22/07/2025

Chave de acesso: 31250705981180000116660002910552172037306720  
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMH146049012	14353	14481	1	128

Item do faturam.	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIV	Preço Calc.	Alíquota	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	127	1,14343986	144,68	4,35	144,58	18,00	26,04	0,90321050
Energia SCEE s/ ICMS		1	0,60580297	0,86	0,02	0,00	0,00	0,00	0,68357600
Energia compensada GD I		1	0,58357000	-0,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Contrib. Custeio Ilum. Pública				25,84					
Multa 2% sobre conta de 06/2025				3,44					
Correção IPCA/IGPM s/ conta 05/25 eg 30/06/25				0,25					
Juros 1% an sobre pagamento em: 30/06/25				0,97					

Total 175,20 4,37 144,68 26,04  
BANDUEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar 6,91  
Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2025	09/08/2025	R\$ 175,20
Base do Cálculo (R\$):		
ICMS	144,68	Alíquota %: 18,00
ICMS	118,64	0,65
PASEP	119,50	3,02
COFINS		
Valor (R\$):		
R\$ 26,04		
R\$ 0,77		
R\$ 3,60		
Mês/Ano	Consumo kWh	Dias de Faturam.
JUL/2025	128	29
JUN/2025	163	33
MAY/2025	152	29
ABR/2025	194	32
MAR/2025	186	30
FEV/2025	159	28
JAN/2025	188	33
DEZ/2024	166	28
NOV/2024	174	30
OUT/2024	222	33
SET/2024	174	29
AGO/2024	153	31
JUL/2024	170	32

REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES  
Até 22/07/25 constava o seguinte débito:  
Débitos que sujeitam ao corte:  
Mês/Ano Valor(R\$) Prev.Corte  
06/2025 213,32 05/08/2025

A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês que ocorrer suspensão/reliquação será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade.

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 0,00 kWh. Juros de mora: P1 = JUL/25 Band. Verm. P1. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade



CÓDIGO DE DÉBITO

VENCIMENTO



TOTAL A PAGAR

74



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Edileuza Maria Reis Furtado*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PODER JUDICIÁRIO - JUIZ DE CORREÇÃO GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas de Itulubá - MG  
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e cancelada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.  
Itulubá, 04/11/2022 12:45:39 9340

SELO DE CONSULTA: GCO 15587  
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0427 3483.7264.0208  
Quantidade de atos praticados: 01  
Atos praticados em:  
Ato(s) praticado(s) em:  
Emolp: 04 T\$ 10 32 18 T\$ 10 MP 39,23 ISS: R\$ 0,27  
Consulte a validade desse selo no site: <https://selos.jus.br>



Nº DA  
ETIQUETA  
ACC385704

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: MG-6.373.446 DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/04/2014

NOME: EDILEUZA MARIA REIS FURTADO

FILIAÇÃO: JACIACI ROSA REIS  
MATE MARIA XAVIER

NATURALIDADE: ITULUBÁ-MG DATA DE NASCIMENTO: 21/7/1970

DOC. ORIGEM: CAS. LV-318 FL-153V

ITULUBÁ-MG

CPF: 00498074830

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



**DATA DE EMISSÃO:** 16/09/2025  
**LOCAL DE EMISSÃO:** 16/09/2025  
**IDENTIFICADOR:** 76537449-23  
**CATEGORIA:** 3-RES

DESCRIÇÃO	VALOR
TRD AGUA	17,20
TRD ESGOTO	12,04
TRD DE AGUA	70,39
TRD DE ESGOTO	49,27
MULTA 08/2025	1,60
JUROS DE MORA 08/2025	0,79

AUTARQUIA MUNICIPAL TIJONE DE FARIAS CONFORME  
 CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART. 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
 EM REB N123, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR 18/08/2025	DATA LEITURA ATUAL 16/09/2025	VENCIMENTO 01/10/2025	VALOR A PAGAR R\$ 151,30
LEITURA ANTERIOR 3394 m3	LEITURA ATUAL 3415 m3	CONSUMO REAL 21 m3	CONSUMO FATURADO 21 m3
NR DO HIDROMETRO Y10NZ08711	VAZAO 1.5 m3	DIAMETRO 1/2	DATA DE INSTALACAO 30/09/2010

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				RESCUDO
DATA	CONSUMO	DIAS	VALOR	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
08/08/2025	21	19	0,07	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
07/08/2025	20	20	0,66	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
06/08/2025	21	21	0,74	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
05/08/2025	24	32	0,75	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
04/08/2025	22	31	0,71	COMUNIDADE DE VIGILANCIA
03/08/2025	22	28	0,79	COMUNIDADE DE VIGILANCIA

PARÂMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR ENCONTRADO	VALOR TAVEL
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,14	0,44
Cor Aparente	UH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,97	1,55
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,59	0,78
pH		de 6,0 a 9,5	7,00	7,31
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente



LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERREZ  
ASSINATURA DO DIRETOR

CPF 03495544-76

DOC. ORIGEM 14030

NATURALIDADE

REGISTRO 14030

DATA DE NASCIMENTO 19/03/1978

DATA DE EXPEDICAO 28/03/2018

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: Manoel dos Santos Almeida



Documento Auxiliar de Nota Fiscal de Empresa Eletrônica (NFe-e)  
CEMIS DISTRIBUIÇÃO S.A. CUPJ 06.981.166.0001-14 / 19.03.2015 15:25:00  
11 - R. BARROSA, 100 - 1º ANDAR - ALI - BARRA DO PIRAÍ - RJ - 22.280-000  
AV. BARROSA, 1.200 - 1º ANDAR - ALI - BARRA DO PIRAÍ - RJ - 22.280-000

... DAS GRACAS AL VESNUNES

BUA SEIS A 134 C6

SETOR NORTE  
YTDIU TABA - MG  
CEP- 38300242



Tarifa Social de Energía Eléctrica  
Lern: 10.438 de abril de 2002  
Convule: 37055414974030089 Dole  
NOTA FISCAL: 325461213 SIVA

NO. 1730

Nº da Inscrição <b>3001552785</b>	Data de Emissão <b>05/11</b>
Anterior <b>08/10</b>	



DEPARTAMENTO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA  
AV. BARBACENA, 1.200 - 1º ANDAR - RJ

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

Nº 00512113

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

Ampla

00/00

Força Social de Energia Elétrica

Lei nº 10.438 de abril de 2002

Control: 32064/1414097/0070

NOTA FISCAL: 306160662

Control de Acesso: 3208906

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED

DEPARTAMENTO DAS CRIAT. AS AL VLS. NUNED



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME SONIA APARECIDA DE SOUZA

FILIAÇÃO  
MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA  
CIRILO BATISTA DE SOUZA

DATA NASCIMENTO 08/09/1966 ORGÃO EXPEDIDOR PCMG FATOR RH A+

NATURALIDADE ITUIUTABA-MG

OBSERVAÇÃO

*Sônia Aparecida de Souza*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF 00862958602 DNI 4334 PII-1255 VIA 3

REGISTRO GERAL MG-6.925.697 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/12/2023

REGISTRO CIVIL  
NASC. LV-73 FL-195 ITUIUTABA-MG

T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SERIE / UF

MIS / PIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL POLEGAR DIREITO

CERT. MILITAR

CNH CNS

ADRIANA DE CARROS MONTEIRO  
CHIEFE DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.901.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 042.322136.0087  
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

SONIA APARECIDA DE SOUZA

RUA OLAVO BILAC 24 CS

CONJ HAB CARLOS DIAS LEITE

ITUJUBA - MG

CEP: 38305234

CPF: 008.6<sup>RA</sup> AAA<sup>AA</sup>

### Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3010889633	Residencial Baixa Renda	Monofásico
Data de Leitura		
Anterior	Atual	Próxima
30/06	30/07	30/08
Tarifa Convencional		



Controle: 32052/1368862/0114 Data da impressão: 30/07/2025 08:31:59  
NOTA FISCAL: 234272452 Série: 000 Data de emissão: 30/07/2025

Chave de acesso: 31250706981180000116680002942724522062526008  
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMD100035350	23038	23125	1	87

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	87	0,76804381	66,63	2,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,73783000
Desconto tarifa social	kWh	-80	0,00000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000000

Contrib. Custeio Ilum. Pública

20,67

Total	26,03	0,20	0,00	0,00
BANDEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar	4,47			

Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2025	18/08/2025	R\$ 26,03

	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %:	Valor (R\$):
ICMS	5,36	0,65	R\$ 0,04
PASEP	5,36	3,02	R\$ 0,16
COFINS			

Mês/Ano	Consumo kWh	Medida kWh/dia	Dias de Faturam.	REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES
JUL/2025	87	2,90	30	
JUN/2025	86	2,77	31	
MAI/2025	89	2,96	30	
ABR/2025	90	3,00	30	
MAR/2025	112	3,50	32	
FEV/2025	88	3,14	28	
JAN/2025	79	2,54	31	
DEZ/2024	119	3,83	31	
NOV/2024	95	3,27	29	
OUT/2024	119	3,83	31	
SET/2024	98	3,16	31	
AGO/2024	82	2,64	31	
JUL/2024	100	3,12	32	

FATURAMENTO PELA TARIFA SOCIAL DESCONTADO DE R\$ 55,46, JUL/25 Band. Verm. P1 - JUL/25 Band. V P1. Tarifa vigente conforme Res Anel n° 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Pela legislação regulatória, os descontos a que se refere o Decreto Federal 7.891/13 também integram a base de cálculo do PASEP e COFINS. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br). Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade

88



CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE MG		Diplomação	
CATEGORIA CONTADOR	Nº DO REGISTRO MG-080303/C-9	CRN 003261996-91	RG MG-6587401-1-MG
NOME ESTER AKEGAWA	TIPO ACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Título Expedido por (ou Org. Provocado) FSC SUP DE CIÊNCIAS CONTÁB. ADM. ITABÁ	
FILIAÇÃO RARIUC AKEGAWA SEBASTIANA FIAGA AKEGAWA	Esta carteira tem a publicação do documento de identidade nos termos do artigo 18 do P.L. nº 285 de 27/06/48 e do artigo 1º da Lei nº 7.097/76		
NASCIMENTO 19/11/1971	NACIONALIDADE BRASILEIRA	ASSINATURA DO CONTABILISTA <i>Esther Akegawa</i>	
NATURALIDADE ARAGUARI-MG	FOTO		
EXPEDIÇÃO 10/08/2005	PULGAR DIREITO		
PRESIDENTE DO CRO			





**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Sator Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030  
CNPJ 17.819.081/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400

<b>ZILANI DIVINA DA SILVA</b>		<b>MES/ANO: 08/2025</b>
RUA CEL. ADELINO O. CARVAL, 1013, MARIA VILELA		<b>NR. GUIA</b>
38301-058, ITUIUTABA MG 3-18-1170		<b>17411082025-8</b>
		<b>CATEGORIA/QTDE</b>

LIGACAO: 17411-0 ID. ELETRO.: 01817411003

2-RES;

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	34,41
TBO ESGOTO	24,09
TARIFA DE AGUA	29,55
TARIFA DE ESGOTO	20,69
MULTA 06/2025	1,10
JUROS DE MORA 06/2025	0,57
DOACAO AO HOSPITAL S. JOSE	5,00

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
IN RFB N1234, CAPITULO III. ABT 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
04/07/2025	05/08/2025	06/09/2025	R\$ 115,41
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
2998 m3	3013 m3	15 m3	15 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
X12L002600	1,2 m3	1/2"	10/10/2012

OCCORRENCIA:			
DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES			
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA
07/2025	15	29	0,52
06/2025	15	30	0,50
05/2025	16	32	0,50
04/2025	15	30	0,50
03/2025	15	27	0,56
02/2025	15	31	0,48

**MENSAGEM**

COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA DENUNCIE 18  
1. AUTORES DE ROUBOS, RECEPÇAO, TRAFICO DE DROGAS,  
AS FORÇAS ARMADAS E O SIGILO DA DENUNCIA ABSOLUTO

DETALHES SOBRE A LEGISLACAO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE: 01/07/2025 a 31/07/2025		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,14	0,32
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	0,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,91	1,58
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,73
pH		de 6,0 a 9,5	7,01	7,63
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 05/08/2025 07:06 PAGUE POR PIX

<b>ZILANI DIVINA DA SILVA</b>			
RUA CEL. ADELINO O. CARVAL, 1013, MARIA VILELA			
38301-058, ITUIUTABA MG 3-18-1170			
LIGACAO: 17411-0 ID. ELETRO.: 01817411003			
<b>VENCIMENTO</b>	<b>MES/ANO: 08/2025</b>	<b>CATEGORIA/QTDE</b>	<b>VALOR A PAGAR</b>
06/09/2025	NR. GUIA 17411082025-8	2-RES;	R\$ 115,41

82680000001-8 15410074202-7 50906000001-5 74110820251-5







**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INTERIORES**  
**DIRETÓRIO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO**  
**CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO**



**NOME**  
**CRISTINA GARVIL**

**DOC. IDENTIDADE / CATEGORIA**  
**M1262050** **ESP** **MJ**

**CPF** **508.392.846-91** **DATA NASCIMENTO** **01/09/1959**

**RENASCIMENTO**  
**OSVALDO PADUA VILELA**  
**FANNY GARCIA VILELA**

**FORMAÇÃO** **ACD** **CLASSE** **2**

**INSCRIÇÃO** **00740090107** **VALIDADE** **16/07/2024** **1ª EMISSÃO** **31/01/1979**

**ASSINATURA**  


**LOCAL** **TEBUYABA, MG** **DATA EMISSÃO** **16/07/2019**

**ASSINATURA** **Clayton de Almeida** **Identidade (M.T. e C. P. M.)** **11042438664**  
**ASSINATURA** **MINAS GERAIS** **10553063585**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**1910627209**

**PROJEITO PLÁSTICO**  
**1910627209**





# SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Salor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030  
CNPJ 17.819.081/0001-88 - Inscricao Estadual: 342.740.166.0060

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.841.8195 - (34) 3259-0400  
www.sae.org.br

**CRISTINA GARVIL**

RUA 23, 1151, CENTRO  
38300-082, ITUIUTABA MG 14-16-850

MES/ANO: 07/2025

NR. GITA

20845072025 4

CATEGORIA/OTDE

LIGACAO: 20845-4 ID. ELETRO: 41620845014

1-RES;

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	17,21
TBO ESGOTO	12,04
TARIFA DE AGUA	29,35
TARIFA DE ESGOTO	20,55
JUROS DE MORA 04/2025	1,15

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
20/06/2025	19/07/2025	19/08/2025	R\$ 80,30

LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO	MEDIA
243 m3	255 m3	12 m3	12 m3	14 m3

NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y22R297424	1.5 m3	1/2	29/01/2024

CORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE SEM ATERCIMENTO DE REDE DE ENFERMEIRAS E RECURSOS HUMANOS DE CUIDADO, TRATAMENTO E PROTECAO DESAFIO 12
06/2025	12	30	0,40	
05/2025	15	32	0,47	
04/2025	17	29	0,59	
03/2025	14	30	0,47	
02/2025	13	29	0,45	
01/2025	11	32	0,34	

DETADES SOBRE O USUÁRIO (NOME, VOTO)	PERIODO DE AVALIACAO
	01/06/2025 a 30/06/2025

PARÂMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MÍNIMO ENCONTRADO	VALOR MÁXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	até 5,0	0,19	0,64
Cor Aparente	UH	até 15,0	0,00	2,00
Cloro Residual	mg/l	de 0,50 a 2,0	0,98	1,62
Fluor	mg/l	de 0,60 a 0,80	0,60	0,73
pH		de 6,0 a 9,5	6,90	7,31
Coliformes Tot		Ausente	Ausente	Ausente
Colif. Fecali		Ausente	Ausente	Ausente

PAGAR AUTOMATICAMENTE - DEPOSITAR EM CONTA - CNPJ 17.819.081/0001-88 - PAGAR POR PIX



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



*Patricia Silva Oliveira*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG-13.905.845 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/12/2001

PATRICIA SILVA OLIVIERA

AIRTON RIBEIRO DA SILVA  
JOANA DARC DE OLIVEIRA

SANTA VITORIA-MG DATA DE NASCIMENTO 14/10/1982

NASC. LV-14A FL-135

SMTA VITORIA-MG

ASSINATURA DO DETENTOR

VIA



**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030  
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400  
www.sae.com.br**PATRICIA SILVA OLIVEIRA**RUA ADAO ISIDORO SILVA, 106, NADIME DERZE II  
38302-549, ITUIUTABA MG 26-23-240

MES/ANO: 07/2025

NR. GUIA  
44120072025-4

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 44120-4 ID. ELETRO.: 42344120026

1-RES:

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	8,60
TBO ESGOTO	6,02
TARIFA DE AGUA	16,71
TARIFA DE ESGOTO	11,70
DEVOLUCAO DE CONTA DUPL.	-1,32
JUROS DE MORA 04/2025 05/2025	0,64
DOACAO F.I.C.A.	2,00

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF, CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA-ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
IN RFB N1234, CAPITULO III-ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
27/06/2025	26/07/2025	16/08/2025	R\$ 44,35
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
2708 m3	2725 m3	17 m3	17 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y13K141066	1.5 m3	1/2"	11/12/2014

**OCCORRENCIA:**

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				mensagem
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNICADO VICIANTE, CIDADANIA, SEGURANÇA, DENÚNCIA DE AUTORES DE ROUBO, RECEITAÇÃO, TRAFICANTE DE DROGAS, AS FORÇAS DE ARMA, NÚNCIAS, O SÍMBOLO DE DENÚNCIA ABSOLUTO.
06/2025	18	30	0,60	
05/2025	16	30	0,53	
04/2025	17	31	0,55	
03/2025	18	30	0,60	
02/2025	17	29	0,59	
01/2025	20	29	0,69	

DETALHES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIDE VERSO		PERÍODO DE ANÁLISE 01/06/2025 a 30/06/2025		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MÍNIMO ENCONTRADO	VALOR MÁXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,19	0,64
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	2,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,98	1,62
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,73
pH		de 6,0 a 9,5	6,90	7,31
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 26/07/2025 08:09 PAGUE POR PIX

**PATRICIA SILVA OLIVEIRA**RUA ADAO ISIDORO SILVA, 106, NADIME DERZE II  
38302-549, ITUIUTABA MG 26-23-240

LIGACAO: 44120-4 ID. ELETRO.: 42344120026

VENCIMENTO	MES/ANO: 07/2025	CATEGORIA/QTDE	VALOR A PAGAR
16/08/2025	NR. GUIA 44120072025-4	1-RES;	R\$ 44,35

82680000000-0 44350074202-0 50816000004-0 41200720251-5











Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 04.781.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 067.372.136.0097  
AV. EZZAQUELA, 1.700 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO ANDRÉ - CEP: 30190-171 - BELO HORIZONTE - MG

ELEUSA DO CARMO DIAS

Nº DO CLIENTE:

RUA VINTE E CINCO DE DEZEMBRO  
430 CB

NOVO MUNDO  
ITURUBA - MG  
CEP: 38307029

CPF: 828.348.834-03

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3011620404	Residencial Baixa Renda	Bifásico
Data de Leitura		
Anterior	Atual	Próxima
10/07	11/08	11/09
Modo de Medição		
Tarifa Convencional		



Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela  
Lei nº 10.438 de abril de 2002  
Controle: 32062M377696J0097. Data de impressão: 11/08/2025 12:54:16  
NOTA FISCAL: 296608392. Série: 000. Data de emissão: 11/08/2025  
Chave de acesso: 31250806981180000116660092966083922068798646  
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	APD126087257	38601	38840	1	239

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	ICMS	ICMS aduado	ICMS	Tarifa Unit.
Energia Elétrica	kWh	239	0,96234356	229,99	188,59	229,99	18,00	41,40	0,74966663
Desconto tarifa social	kWh	80	0,96234356	-76,97	-3,16	-76,97	18,00	-13,56	0,74966663
Contrib. Custeio illum. Pública				49,68					
Multa 2% sobre conta de 06/2026				3,67					
Correção IPCA IGPMs, conta 06/26 pg 21/07/26				0,20					
Juros 1% an. sobre pagamento em 21/07/26				0,04					
Compensação UIC mensal - 06/2026				18,40					
Bonus ITAIPU - art. 21 da Lei 10.448/2002				-20,34					

Total	170,47	0,27	163,02	27,56					
BANDEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar	0,97								
BANDEIRA VERMELHA P2 - Já incluído no valor a pagar	0,63								



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO DO ESTADO DE  
PARANÁ  
PREFEITURA DE MANGUEIRÃO  
PREFEITURA DE MANGUEIRÃO

Nome: MONTEIRO, JORGE MARTIN  
Nome social: JORGE MARTIN

Registro Civil: 068.087.746-09  
Data de Nascimento: 05/08/1983  
Nacionalidade: BR  
Número de Registro: 04705/2034

CPF: 068.087.746-09  
Data de Emissão: 31/05/2024

Local de Emissão: BELD HORIZONTE

Carteira de Identidade

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983





Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-14 / INSC. ESTADUAL 062.322134.0087  
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

NEIDE HELENA BORGES

AV ATAIDE QUIRINO RIBEIRO 615  
CS

UNIVERSITARIO  
ITUJUBA - MG  
CEP: 38302161

CPF: 712.744.888-88

Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação		Subclasse	Classe
3002458334		RESIDENCIAL	Monofásico
Data de Leitura		Modalidade Tarifária	
Anterior	Atual	Próxima	Tarifa
27/06	28/07	28/08	Convencional



Controle: 32052/1363755/0176 Data da impressão: 28/07/2025 09:14:30  
NOTA FISCAL: 293209092 Série: 000 Data de emissão: 28/07/2025

Chave de acesso: 31250706981180000116660002932090922078007178  
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica  
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMC099084341	22073	22150	1	77

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc.	Alíquota	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	30	1,14343995	34,28	1,02	34,28	18,00	6,17	0,90321000
Energia SCEE ISENTA		47	0,68367000	27,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68367000
Energia compensada GD I		47	0,68367000	27,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68367000
Contrib. Custeio Ilum. Pública				20,67					

Total	54,95	1,02	34,28	6,17
BANDEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar	1,63			

Pág 1 de 1

REFERENCIAL	PERÍODO DE VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
JUL/2025	11/08/2025	R\$ 34,95
ICMS	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %
ICMS	28,11	18,00
PASEP	28,11	0,65
COFINS		3,02
		Valor (R\$)
		R\$ 6,17
		R\$ 0,18
		R\$ 0,84

Mês/Ano	Consumo de Energia kWh	Dias de Faturam.
JUL/2025	77	31
JUN/2025	224	31
MAR/2025	182	29
ABR/2025	217	32
MAR/2025	213	30
FEV/2025	214	28
JAN/2025	288	32
DEZ/2024	247	30
NOV/2024	245	29
OUT/2024	269	33
SET/2024	242	29
AGO/2024	228	33
JUL/2024	212	30

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 914,00 kWh. JUN/25 Band. Verm. P1 - JUL/25 Band. Verm. P1. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para receber energia por e-mail acessando [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)





**SUPERINTENDENCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ILUTUBA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 38 Nº 474 - Setor Sul - Ilutuba (MG) - CEP 38300-030  
CNPJ 17.819.081/0001-88 - Inscrição Estadual: 842.746166.0060  
Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400  
www.sae.com.br

ASS. DE PAIS AMIG. DOS EXPC.  
RUA VER. GERALDO MO, 69, ES. BEM ME, UNIVERSI  
38302-192, ILUTUBA MG 5 10 10

MES/ANO: 10/2025  
NR. GUIA  
19648102025-9  
CATEGORIA/QTDE  
1-RES; 1-PUB;

LIGACAO: 19648-5 ID. ELETRO.: 51019648005

DESCRIÇÃO	VALOR
TDO AGUA	19,36
TDO ESGOTO	13,55
TARIFA DE AGUA	37,93
TARIFA DE ESGOTO	26,55

AUTARQUIA MUNICIPAL DEBEM DE IRRI CONFORME,  
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2  
IN RF 84.224, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PAGAMENTO	DATA DE RECEBIMENTO	VALOR
05/09/2025	07/10/2025	08/11/2025	R\$ 97,39
1698 m3	1720 m3	22 m3	22 m3
1.5 m3	1.5 m3	1/2"	16/12/2015

MES	CONSUMO	VALOR	VALOR
09/2025	38 28	1,36	
08/2025	31 32	0,97	
07/2025	19 30	0,61	
06/2025	23 30	0,77	
05/2025	17 31	0,55	
04/2025	22 31	0,77	

PARAMETRO	UNIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,14	0,44
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,97	1,55
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,59	0,78
pH		de 6,0 a 9,5	7,00	7,31
Coliformes tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FRANC AUTENTICAÇÃO DE DEBITO AUTOMATICO - BANCARIA 2 10/2025 1025 19648102025 19648102025 19648102025

ASS. DE PAIS AMIG. DOS EXPC.  
RUA VER. GERALDO MO, 69, ES. BEM ME, UNIVERSI  
38302-192, ILUTUBA MG 5-10-10

LIGACAO: 19648-5 ID. ELETRO.: 51019648005

VENCIMENTO 08/11/2025 MES VENCIMENTO 10/2025 NR. GUIA 19648102025-9 CATEGORIA 1-RES; 1-PUB; VALOR R\$ 97,39

Debito Automatico





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE**  
**CNPJ: 19.952.902/0001-56**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:21:22 do dia 22/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/03/2026.

Código de controle da certidão: **1F77.EB03.F2D5.2E0F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**MUNICIPIO DE ITUIUTABA**  
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento  
Departamento de Receita  
38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG  
[www.ituiutaba.mg.gov.br](http://www.ituiutaba.mg.gov.br)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 491718/2025

Data Geração: 16/10/2025

Data Validade: 16/01/2026

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

### Identificação

Cro	32152
Contribuinte	APAE - ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
CNPJ ou CPF	19.952.902/0001-56
Inscrição Estadual ou RG	
Endereço	38302-192 - Rua VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA, 69
Bairro	UNIVERSITÁRIO Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 16/10/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 491718/2025

Inscrição: 32152

**ATENÇÃO:** Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

*Certidão Emitida Gratuitamente*





## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
16/10/2025CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
14/01/2026

NOME: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE

CNPJ/CPF: 19.952.902/0001-56

LOGRADOURO: RUA VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: UNIVERSITARIO

CEP: 38302192

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITUIUTABA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2025000926479944





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA -  
APAE (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 19.952.902/0001-56  
Certidão nº: 62098305/2025  
Expedição: 16/10/2025, às 13:35:28  
Validade: 14/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data  
de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE  
ITUIUTABA - APAE (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
19.952.902/0001-56, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de  
Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação  
das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e  
13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.  
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos  
Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação  
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua  
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na  
Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados  
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas  
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações  
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em  
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos  
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a  
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes  
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do  
Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por  
disposição legal, contiver força executiva.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 19.952.902/0001-56  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITBA  
**Endereço:** AV GERALDO MOISES DA SILVA 69 / UNIVERSITARIO / ITUIUTABA / MG / 38302-192

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/10/2025 a 25/11/2025

**Certificação Número:** 2025102701500222923738

Informação obtida em 05/11/2025 14:04:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**APAE**  
Ituiutaba - MG

**Declaração em atendimento ao inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.**

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, para fins de formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba, MG, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49



## **CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO - CMAS**

O Conselho Municipal de Ituiutaba-MG, certifica para os devidos fins que a **Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Ituiutaba - APAE**, sediado na cidade de **Ituiutaba-MG**, situada na Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva nº 69, Centro, Ituiutaba, Estado de **Minas Gerais**, inscrito no **CNPJ** sob nº **19.952.902/0001-56** é inscrito neste Conselho, sob o nº **005/1998** desde **05 de Novembro de 1998**.

A entidade executa assistência à família, serviços de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e inclusão social.

Por ser verdade firmo o presente.

Ituiutaba-MG, 11 de Março de 2024

  
**Admison de Paula Borges**

Vice- Presidente do Conselho Municipal de Assistência social



**Contratado:** (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0204-6 - ITUIUTABA ( MG ), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0204-60, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

**Proponente/Contratante:** ASSOCIACAO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA-APAE, CNPJ n.º 19.952.902/0001-56, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, sediada à RUA VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA , 69, CEP 38.302-192, telefone(s) (34) 3269-8381.

**Dirigente(s)**

Nome	CPF
JOSE ANTONIO RISSATO	255.018.876-49
EDINEI ALVES DE OLIVEIRA	486.357.406-10

**Dados da conta**

Agência 0204-6, Conta-Corrente n.º 16.076-8, Poupança Ouro n.º 510.016.076-0 e Poupança Poupex n.º 960.016.076-2 abertas em 23/08/2005.

**Declarações e autorizações**

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações





sobre o tratamento de seus dados pessoais, na forma estabelecida na LGPD.

Os dados pessoais fornecidos pelo(s) **Dirigente(s)** às empresas que atuam como Correspondente Bancário do BANCO DO BRASIL S.A. ou por este contratadas/conveniadas terão o tratamento de acordo com as determinações da LGPD e serão encaminhados ao BANCO DO BRASIL, para possibilitar as tratativas necessárias à abertura de conta decorrente desta Proposta/Contrato.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que as informações acerca das atividades de tratamento de dados pessoais pelo BANCO DO BRASIL S.A. e a forma de requerer o acesso aos direitos encontram-se declaradas em sua Política de Privacidade, cujo inteiro teor está disponível no site [bb.com.br/privacidade](http://bb.com.br/privacidade).

O(s) **Dirigentes(s)** declara(am) estar ciente(s) ainda que o BANCO DO BRASIL S.A., mesmo depois de encerrado a(o) presente Proposta/Contrato, manterá seus dados pessoais arquivados para o cumprimento de obrigação legal e regulatória, sob estreita proteção e segurança de acessos.

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado ACEITA** a abertura de conta(s)-corrente(s) e/ou conta(s) de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 01036694, em 11/06/2024, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia foi previamente disponibilizada ao Proponente/Contratante por meio de email ou via física e, a partir do ato da assinatura deste instrumento, estará disponível para consulta, a qualquer tempo, no sítio do Banco do Brasil na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)), na opção autoatendimento, e/ou no aplicativo do Banco do Brasil no celular.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na(s) conta(s)-corrente(s) ora aberta(s) e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na(s) conta(s)-corrente(s) e/ou na(s) conta(s) de Poupança Ouro e/ou Poupex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito desta Proposta/Contrato, o Contratado coloca à disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Relacionamento do Banco do Brasil - CRBB 4004-0001\* ou 0800-729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800-729-0722, para Deficientes Auditivos 0800-729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800-729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500\* ou 0800-729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar





em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: [bb.com.br/privacidade](http://bb.com.br/privacidade).

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

**Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.**

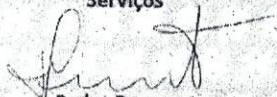
Local e data

ITUIUTABA (MG), 07/11/2025

---

**Contratado**

Diretoria de Soluções em Meios de Pagamentos e  
Serviços

  
Pedro Bramont  
Diretor

**Proponente/Contratante**

Razão Social: ASSOCIACAO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA-APAE  
CNPJ: 19.952.902/0001-56







**MUNICIPIO DE ITUIUTABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**  
**SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**  
**ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Alvará Nº: **735 / 2025**

Inscrição Municipal  
2152

CCM  
2152

CNPJ/CPF  
19.952.902/0001-56

FICA CONCEDIDO A

APAE - ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE

NOME FANTASIA

LICENÇA PARA SE ESTABELECE

Rua VER GERALDO MOISES DA SILVA, 69

UNIVERSITÁRIO

38302-192 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL

SOCIEDADE CIVIL DE CARATER ASSISTENCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

Descrição Atividade

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE SEM FINS LUCRATIVOS

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

24 Horas Inclusive Domingos e Férados

OBSERVAÇÃO:

POSSUI AUTO VISTORIA CORPO BOMBEIROS(AVCB) ,VÁLIDO ATÉ: 07/01/2026 - N.F: 27/02/2026

EXERCÍCIO	INÍCIO ATIVIDADE	Nº PROCESSO	ANO PROCESSO	VALIDADE	: DATA EMISSÃO
2025	01/01/1978	1107	1978	07/01/2026	06/03/2025

MARIANA TORRES DE OLIVEIRA  
Auxiliar Administrativo  
Mat 16596  
Sec. Municipal de Planejamento

Agência de Planejamento  
Sec. Municipal de Planejamento

Luciene Dantas de Goes Moura  
Fiscal de Posturas

06/03/2025

AlvaraLicenca - Alvará de Licença para Funcionamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

LEI Nº 1534, DE 12 DE JULHO DE 1972

Declara de Utilidade Pública à As-  
sociação de Pais e Amigos do Excep -  
cional de Ituiutaba


A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública à Associação de Pais e Amigos do Excepcional, desta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada na Prefeitura Municipal de Ituiutaba, aos 12 de julho de 1972.

  
\_\_\_\_\_  
- Prefeito Municipal de Ituiutaba -  
(Álvaro Otávio Macedo de Andrade)

ac/noa.






**APAE**  
Ituiutaba - MG

MINUTA DE CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE E  
RESPECTIVA CÓPIA DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE  
CONTABILIDADE;

#### DECLARAÇÃO

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que PERSON FERREIRA FRANCO, CPF 323.074.546-91, CRC nº 46496 é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49

Obs: anexar a esta certidão comprovante de regularidade do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DE MINAS GERAIS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME..... : PERSON FERREIRA FRANCO  
REGISTRO..... : MG-046496/O-6  
CATEGORIA..... : CONTADOR  
CPF..... : \*\*\*.074.546-\*\*

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 16/10/2025 as 13:39:52.

Válido até: 14/01/2026.

Código de Controle: 9162584.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.





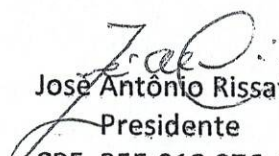
**APAE**  
Ituiutaba - MG

MINUTA DE CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO  
CONTROLE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DA PARCERIA

### DECLARAÇÃO

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, nomeio o(a) Sr.(a) Edinei Alves de Oliveira, portador(a) do CPF 486.357.406-10, como Gestor(a) na Entidade pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com a Prefeitura Municipal. Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49





**APAE**  
Ituiutaba - MG

### **CERTIDÃO COM NOME DOS DIRIGENTES E PERÍODO DE ATUAÇÃO**

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, informo que os dirigentes da entidade acima mencionada e o período de atuação é de 01/01/2023 a 31/12/2025, são:

#### ***Diretoria Executiva***

**Presidente:** José Antônio Rissato,  
Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 255.018.876-49 ; RG M-1 308.178 / SSP MG / CNH 01581020367 / DETRAN MG  
Emissão 25/06/2021

**Vice- Presidente:** Soraya Medeiros do Prado e Guimarães,  
Rua Geraldo Clarimundo Costa, nº 109, Setor Universitário, Ituiutaba-MG  
CPF nº 543.712.796-00; RG M-3.571.596 / SSP MG / CNH 02613014358 / DETRAN MG  
Emissão 13/09/2021

**1º Diretor Secretário:** Celina Parreira Derze,  
Rua 32, nº 1218, Centro, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 210.788.156-15; RG MG-232.045 / PC MG Emissão 19/12/2008

**2º Diretor Secretário:** Clóvis Oliveira Gonçalves,  
Rua Joaquim Teodoro de Carvalho, nº 1177, Platina, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 008.295.436-43; RG M-7 884.308 / SSP MG / CNH 01967540534 / DETRAN MG  
Emissão 05/11/2021

**1º Diretor Financeiro:** Edinei Alves de Oliveira,  
Rua 5, nº 50, Santa Maria, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 486.357.406-10; RG M-3.127.718 / SSP MG / CNH 00897747454 / DETRAN MG  
Emissão 10/01/2020

**2º Diretor Financeiro:** José Ângelo Marques da Anunciação,  
Rua das Primaveras, nº 198, Gardênia, Ituiutaba-MG,  
CPF nº 448.856.016-49; RG M- 4.579.657 / SSP MG / CNH 03455214054 / DETRAN MG  
Emissão 02/05/2020

**Diretor de Patrimônio:** Patrícia de Fátima Silva Dias,  
Rua 51, nº 485, Natal, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 056.548.786-89; RG MG-10.314.244 / PC MG Emissão 09/09/2015

**Diretor Social:** Daiane Aparecida de Oliveira,  
Rua Celso Roberto Abrão, nº 303, Nadime Derze I, Ituiutaba, MG,  
CPF nº 076.549.916-90; RG MG-12.863.063 / PC MG Emissão 03/12/2010





**APAE**  
Ituiutaba - MG

## **Conselhos**

### **Conselho de Administração:**

Luiz Roberto de Melo Costa,  
Av. 25, nº1617, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 38300-112  
CPF Nº 288.724.366-72; RG MG-1.159.596.100 / PC MG / Emissão 22/09/2014

Maria Aparecida de Oliveira,  
Rua Roberto Zocolli, nº 60, Nadime Derze II, Ituiutaba-MG, CEP 38302-563  
CPF nº 712.204.966-34; RG MG-5.203.043 / PC MG Emissão 16/10/2015

Edileuza Maria Reis Furtado  
Rua Machado de Assis, nº290, Novo Tempo II, Ituiutaba-MG, CEP 38305-238  
CPF nº 004.980.956-30; RG MG-6.878.446 / PC MG Emissão 20/04/2016

Maria das Graças Alves Nunes;  
Rua 6 A, nº 134, Setor Norte, Ituiutaba-MG, CEP 38300-242  
CPF nº 034.969.646-26; RG MG-8.011.836 / PC MG Emissão 26/02/2018

Sônia Aparecida de Souza;  
Rua Olavo Bilac, nº 24, Carlos Dias Leite, Ituiutaba-MG, CEP 38305-234  
CPF nº 008.629.556-02, RG MG- 6.925.697 / SSP MG Emissão 17/09/1996

### **Conselho Fiscal:**

#### *Titulares:*

Ester Akegawa,  
Rua Coronel Adelino Oliveira Carvalho, nº 1013, Maria Vilela, Ituiutaba-MG, CEP 38301-058  
CPF nº 903.261.996-91; RG M6.587.401- / SSP MG Emissão 26/01/90

Sergio Oliveira Cury  
Rua vinte, nº 2278, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 38300-124  
CPF nº 783.558.186-87; RG MG-3.738.857 / PC MG Emissão 09/05/2007

Cristina Garvil,  
Rua 28, nº 1151, Centro, Ituiutaba-MG, CEP 3830082  
CPF nº 508.392.846-91; RG M-1.262.050 / SSP MG / CNH 00748060107 / DETRAN MG Emissão 18/07/2019

#### *Suplentes:*

Patrícia Silva Oliveira,  
Rua Adão Isidoro da Silva, nº 106, Nadime Derze II, Ituiutaba-MG, CEP 38302-549  
CPF: 052.845.786-19; RG MG-13.905.645 / SSP MG Emissão 07/12/2001





**APAE**  
Ituiutaba - MG

Eleusa do Carmo Dias

Rua 25, nº 430, Novo Mundo, Ituiutaba-MG, CEP 38307-029

CPF 828.389.096-49; RG MG-11.797.192 / PC MG Emissão 29/07/2010

Monalisa Borges Martins Gonçalves

Av. Taide Quirino Ribeiro, nº 615, Universitário, Ituiutaba-MG, CEP 38302-161

CPF nº 068.087.746-09; RG MG-12.748.531 / PC MG Emissão 06/02/2013

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente

CPF: 255.018.876-49



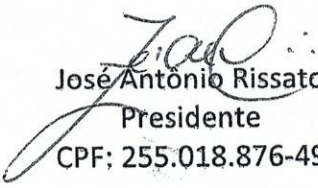


**APAE**  
Ituiutaba - MG

## DECLARAÇÃO

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49





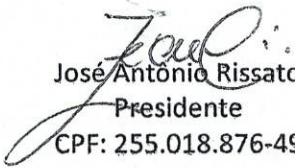
**APAE**  
Ituiutaba - MG

**MINUTA DE DECLARAÇÃO INFORMANDO SE A ENTIDADE APLICA NAS ATIVIDADES FINIS AO  
MENOS 80% DE SUA RECEITA**

**DECLARAÇÃO**

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei que se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49





**APAE**  
Ituiutaba - MG

## DECLARAÇÃO

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo concedente

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49





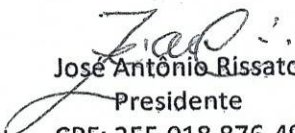
**APAE**  
Ituiutaba - MG

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO**

**DECLARAÇÃO**

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba, MG não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Ituiutaba.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49



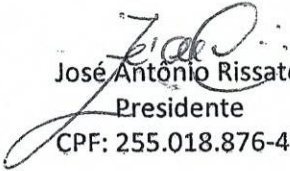


**APAE**  
Ituiutaba - MG

### DECLARAÇÃO

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49






**APAE**  
Ituiutaba - MG

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES**

**DECLARAÇÃO**

Eu, José Antônio Rissato, Presidente da APAE de Ituiutaba, CPF 255.018.876-49, declaro para os devidos fins que a entidade APAE de Ituiutaba teve seu início das atividades em 08/11/1971 e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

Ituiutaba-MG, 05 de novembro de 2025

  
José Antônio Rissato  
Presidente  
CPF: 255.018.876-49









**SETOR DE CONVÊNIOS**

**PROCESSO Nº 23376/2025**

À **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, para que seja **aprovado o plano de trabalho**, especificando o interesse público e relevância social da proposta conforme artigo 2º da lei 13.019/2014.

Indicar o fiscal e o gestor que irão acompanhar a execução do plano de trabalho com nome, cargo, matrícula e assinatura do mesmo.

O processo se trata de recurso de Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para ser utilizado como INVESTIMENTO pela entidade.

Em seguida devolver a esse setor.

Ituiutaba, 12 de Novembro de 2025.

  
Maria Elisa A. Carlos  
Mat. 5855



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

## PLANO DE TRABALHO

### 1 – Identificação do Solicitante

<b>Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA				<b>CGC:</b> 19.952.902/0001-56
<b>Endereço:</b> RUA VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA, 69				<b>Bairro:</b> UNIVERSITARIO
<b>Cidade:</b> ITUIUTABA	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38302-192	<b>Fone:</b> 34 3269-8381	<b>Lei de Utilidade Pública Municipal: N° 1534 DE 12/07/72</b>
<b>Conta Corrente:</b> 16076-8	<b>Banco:</b> Brasil	<b>Agência:</b> 0204-6	<b>Registro no conselho Municipal gestor:</b> INSCRITO NO CMS S/N° 005/1998	
<b>SITE:</b> ITUIUTABA.APAEMG.ORG.BR			<b>E-MAIL:</b> ITUIUTABA@APAEMG.ORG.BR	
<b>Nome do Responsável:</b> JOSÉ ANTÔNIO RISSATO				<b>Cargo:</b> PRESIDENTE
<b>Vigência do Mandato:</b> 01/01/2023 A 31/12/2025				<b>Fone Contato:</b> 34 99962-9092
<b>Endereço de Contato:</b> Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG				<b>CEP:</b> 38304-248

### 2 - Caracterização da Proposta

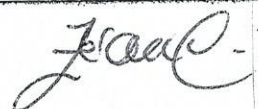
### Duração

#### Finalidade do Objeto:

Equipar o Centro Dia com equipamentos necessários para o bom andamento do espaço, bem como oferecer equipamento necessários para que nossos profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais nosso atendimento ao Serviço Socioassistencial a Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla e espectro Autista, Idosas e suas famílias no Município, e atendendo a política de proteção social especial de média complexidade.

#### Justificativa:

Para atender a demanda apresentada no município de Ituiutaba, a luz da Política de Assistência Social – SUAS – Sistema Único de Assistência Social, queremos melhorar o espaço onde fazemos esses atendimentos, adequando-o para melhor receber o aluno e sua família.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### **Tipo de atividade que pretende desenvolver:**

Ofertar as Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla atendimentos sócio assistenciais voltados a participação social, melhoria de qualidade de vida e estimular enfrentamento de desafios.

Oferecer atividades que contribuam a evitar o isolamento social, abandono, maus tratos e negligência para com a Pessoa com Deficiência.

Proporcionar atendimentos a pessoas com Deficiência Intelectual, múltipla e Espectro Autista para diminuir a sobrecarga e estresse do cuidador.

Proporcionar aos pais e responsáveis atividades para fortalecer vínculos familiares, incentivando socialização e a convivência comunitária e social.

Realizar atividades que envolva a pessoa com deficiência, famílias, profissionais, poder público, comunidade para garantir defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência, através de fóruns, semana da pessoa com deficiência, conferências e eventos.

### **Metas/pessoas beneficiadas:**

- ✓ PCDI e suas famílias participem do serviço;
- ✓ PCDI possuam amigos;
- ✓ PCDI realizem atividades de lazer fora da APAE;
- ✓ Cuidador familiar realizam atividades de lazer fora da APAE;
- ✓ PCDI sejam incluídos no mercado formal de trabalho;
- ✓ PCDI e suas famílias fortaleçam a convivência familiar;
- ✓ PCDI e suas famílias fortaleçam a convivência comunitária.

**Público direto: todos os usuários da instituição**

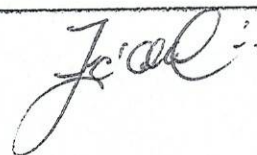
### **Identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:**

**José Antônio Rissato**

Rua Claudio Manoel da Costa, nº 1901, Independência, Ituiutaba, MG,

CPF nº 255.018.876-49 ; RG M-1 308.178 / SSP MG / CNH 01581020367 / DETRAN MG Emissão

25/06/2021





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA**

**3 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

**DEMOSTRATIVO DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA**

**CUSTOS DE INVESTIMENTO E / OU CUSTEIO**

Especificação	Indicador Físico		Custos em R\$ 1,00	
	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
1. TV 75"		01	R\$6.395,00	R\$6.395,00
2. Liquidificador industrial 10 litros		02	R\$1.900,00	R\$3.800,00
3. Batedeira		01	R\$4.400,00	R\$4.400,00
4. Armário telescópico em aço 04 gavetas		06	R\$2.380,00	R\$14.200,00
5. Fogão de 06 bocas -		01	R\$4.380,00	R\$4.380,00
6. Caixa de Som grande		02	R\$4.900,00	R\$9.800,00
7. Notebook		04	R\$6.523,00	R\$26.092,00
8. Panela de pressão de 10 litros		02	R\$790,00	R\$1.580,00
9. Panela de pressão de 12 litros		01	R\$810,00	R\$810,00
10. Data show		02	R\$2.284,00	R\$4.568,00
11. Climatizador portátil grande		05	R\$2.190,00	R\$10.950,00
12. Espremedor de frutas industrial inox		01	R\$1.380,00	R\$1.380,00
13. Armário de aço – 1,90x0,90x0,40		03	R\$1.650,00	R\$4.950,00
14. Kit de microfone		03	R\$ 900,00	R\$2.700,00
15. Microfone Auricular sem fio		05	R\$ 799,00	R\$3.995,00
				R\$100.000,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### Forma, local e período de execução do projeto e suas etapas:

A APAE possui como mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba. As atividades serão realizadas nas instalações da instituição, Centro Dia e outras ambiências, (piscina, pátio, quadra, gramado, etc.). O período de execução para o exercício 2023 é de 01/01/2024 a 31/12/2024.

As etapas das atividades consistem em:

Articular com Sistema de Garantia de Direitos – MP e CT.

Articular com a rede dos serviços das políticas públicas setoriais

Articular com a rede de serviços socioassistenciais

Realizar fluxo de atendimento, encaminhamentos e trocas de informações com o Serviço.

Definir procedimentos comuns e/ou complementares ao Serviço

Encaminhar e receber relatórios técnicos específicos sobre casos atendidos/acompanhados pelo Serviço.

Construir estratégias metodológicas do Serviço

Acompanha cotidianamente as atividades do Serviço.

Participar do processo de planejamento das atividades do Serviço.

Realizar reuniões periódicas para avaliação do Serviço com equipe técnica.

Acolhida e escuta inicial

Entrevista social

Estudo social

Elaboração de Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU, Elaboração de Plano de

Acompanhamento Familiar – PAF

Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização

Orientação e apoio

Encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e setoriais e SGD

Registro de informações em prontuário

Elaboração de relatórios sobre casos em acompanhamento

Atividades com a família do usuário

Visita Domiciliar

Palestra

### 4 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

#### 4.1 – CONCEDENTE – R\$

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
		-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	R\$100.000,00	-



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

### 4.2 – CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

### 4.3 – PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

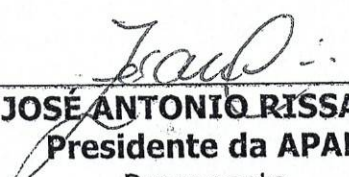
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

### 5 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade da **Administração Pública Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba, em \_\_\_\_\_

  
**JOSÉ ANTONIO RISSATO**  
Presidente da APAE  
Proponente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA**

**6 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

**APROVADO:**

Ituiutaba, em \_\_\_\_\_

**LEANDRA GUEDES FERREIRA**  
**Prefeita de Ituiutaba**  
**CONCEDENTE**







Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria Nacional de Assistência Social  
Fundo Nacional de Assistência Social

**ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO Nº 313420220250002**

**1. Origem do recurso**

<b>Programa</b>	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDAS INDIVIDUAIS		
<b>Recurso</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>Número</b>
Emenda individual	RP6	2025	202543000009

**2. Ente federado indicado**

<b>UF</b>	<b>Esfera administrativa</b>	<b>Ente federado</b>
MG	MUNICIPAL	ITUIUTABA
<b>Beneficiário</b>		<b>CNPJ do fundo</b>
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		97.529.547/0001-10

**3. Dados da programação**

<b>Número da programação</b>		<b>Funcional programática</b>	
313420220250002		082455131219G0031	
<b>GND 3 - Custeio</b>	<b>GND 4 - Investimento</b>		<b>Total programado</b>
R\$ 0,00	R\$ 300.000,00		R\$ 300.000,00
<b>Situação da programação</b>		<b>Número do processo SEI</b>	
Programação com OB Efetivada		71000065538202574	

**4. Dados da nota de empenho**

<b>Empenho</b>	<b>Data</b>	<b>PTRES</b>	<b>Plano interno</b>	<b>GND</b>	<b>Valor empenhado</b>
2025NE403355	07/08/2025			4	R\$ 300.000,00

**5. Dados do pagamento**

<b>Ordem bancária</b>	<b>Data</b>	<b>GND</b>	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Conta corrente</b>	<b>Valor pago</b>
6763	30/10/2025	4	001	002046	000000772771	R\$ 300.000,00



6. Dados da unidade socioassistencial beneficiária

6.1. Razão social da unidade		Tipo	CNPJ	Ente federado
Creche Maria de Nazaré I		Privada	21.293.238/0001-22	ITUIUTABA
GND 3 - Custeio	GND 4 - Investimento	Total programado para unidade		
R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00		
Endereço	Rua Zumbi dos Palmares, nº 640, bairro Setor Norte, ITUIUTABA - MG			

6.1.1. Serviços prestados pela unidade	
Serviço selecionado para unidade	Serviços ofertados
I - Serviços de Proteção Social Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Endereço do serviço	Rua Zumbi dos Palmares, nº 640, bairro Setor Norte, ITUIUTABA - MG



6.2. Razão social da unidade		Tipo	CNPJ	Ente federado
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba		Privada	19.952.902/0001-56	ITUIUTABA
GND 3 - Custeio	GND 4 - Investimento	Total programado para unidade		
R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		
Endereço	Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, bairro Universitario, ITUIUTABA - MG			

<b>6.2.1. Serviços prestados pela unidade</b>	
<b>Serviço selecionado para unidade</b>	<b>Serviços ofertados</b>
I - Serviços de Proteção Social Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
<b>Endereço do serviço</b>	Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, bairro Universitario, ITUIUTABA - MG



6.3. Razão social da unidade		Tipo	CNPJ	Ente federado
Instituto Vida Missão		Privada	08.728.174/0001-87	ITUIUTABA
GND 3 - Custeio	GND 4 - Investimento	Total programado para unidade		
R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		
Endereço	Rua João Paulo Segundo, nº s/n, bairro Distrito Industrial , ITUIUTABA - MG			

<b>6.3.1. Serviços prestados pela unidade</b>	
<b>Serviço selecionado para unidade</b>	<b>Serviços ofertados</b>
I - Serviços de Proteção Social Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>Endereço do serviço</b>	Rua João Paulo Segundo, nº s/n, bairro Distrito Industrial , ITUIUTABA - MG



6.4. Razão social da unidade		Tipo	CNPJ	Ente federado
Creche Maria de Nazaré II		Privada	21.293.238/0002-03	ITUIUTABA
GND 3 - Custeio	GND 4 - Investimento	Total programado para unidade		
R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00		
Endereço	Rua Maria Conceição Goulart Furtado, nº 784, bairro Jardim do Rosário, ITUIUTABA - MG			

<b>6.4.1. Serviços prestados pela unidade</b>	
<b>Serviço selecionado para unidade</b>	<b>Serviços ofertados</b>
I - Serviços de Proteção Social Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>Endereço do serviço</b>	Rua Maria Conceição Goulart Furtado, nº 784, bairro Jardim do Rosário, ITUIUTABA - MG



**DESPACHO**

Ituiutaba-MG, 04 de dezembro de 2025.

**PROCESSO 23376/2025**

**Assunto:** Aprovação do Plano de Trabalho da APAE (itens 114 a 124)

Em análise ao Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ituiutaba, referente às ações descritas entre os itens 114 a 124, verifica-se que a proposta se enquadra plenamente nas disposições da Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), especialmente nos artigos 1º, 2º e 6º-C, que estabelecem como objetivos da Assistência Social a proteção à família, à infância, à pessoa com deficiência e a indivíduos em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios socioassistenciais. As ações previstas dialogam diretamente com a proteção social especial e com a oferta de serviços continuados destinados à prevenção e ao enfrentamento de riscos, conforme classificação estabelecida pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012, em seus artigos 3º, 9º e 12, que definem o papel das entidades da rede socioassistencial complementar na execução articulada de serviços essenciais.

O Plano de Trabalho demonstra aderência às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, que orienta, em seus eixos estruturantes, a garantia de seguranças socioassistenciais, entre elas a segurança de acolhida, de convivência e de desenvolvimento da autonomia, especialmente voltadas às pessoas com deficiência, consideradas grupo prioritário pela própria PNAS. Destaca-se, ainda, que a Resolução CNAS n.º 109/2009, que institui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelece em seu conteúdo a necessidade de oferta de serviços especializados que atendam às demandas complexas apresentadas por esse público, garantindo atendimento qualificado, continuado e articulado ao território. As ações constantes do Plano de Trabalho da APAE encontram respaldo nesse marco normativo, na medida em que fortalecem a rede socioassistencial, ampliam o acesso a serviços especializados e contribuem para a promoção da inclusão, autonomia e proteção integral.

Nesse contexto, o atendimento prestado pela APAE possui reconhecido interesse público e elevada relevância social, pois atende às determinações do artigo 6º, parágrafo único, da LOAS, que define a atuação das entidades sem fins lucrativos como parte integrante da rede socioassistencial, desde que atuem em conformidade com os princípios e diretrizes do SUAS, o que se observa no presente caso. A continuidade das ações propostas pela entidade contribui diretamente para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e para a redução de desigualdades, em consonância com o princípio da integralidade da proteção social previsto na NOB/SUAS e com a função pública de caráter não contributivo atribuída à Assistência Social.

Ressalta-se ainda que, nos termos do Decreto Municipal n.º 11.502/2025, ficam designados para acompanhar a execução do presente Plano de Trabalho a Gestora de Contratos Daiane Aparecida Cintra, matrícula n.º 1280, Diretora da Proteção Social Especial, e o Fiscal de Contratos Thiago Oliveira Silva, matrícula n.º



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23376/2025

## PARECER TÉCNICO

**OBJETO:** Oferecer equipamentos necessários para que os profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais o atendimento ao Serviço Socioassistencial a Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla e espectro Autista, Idosas e suas famílias no Município, e atendendo a política de proteção social especial de média complexidade.

**Referência:** - Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento

**Organização da Sociedade Civil:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE

**CNPJ:** 19.952.902/0001-56

**Endereço:** Rua Vereador Geraldo Moises da Silva, nº 69, Universitário

**Objeto proposto:** Oferecer equipamentos necessários para que os profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais o atendimento ao Serviço Socioassistencial a Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla e espectro Autista, Idosas e suas famílias no Município, e atendendo a política de proteção social especial de média complexidade.

**Valor total do repasse:** R\$ 100.000,00

**Período:** Exercício de 2025.

**Tipo da Parceria:** - Termo de Fomento

## PARECER TÉCNICO – JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA – APAE**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade do Município de Ituiutaba suprir atividades concernentes ao âmbito **social**.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

 1



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que se trata de singularidade do objeto da parceria, uma vez que a entidade vai atender aos objetivos do município através do fortalecimento da rede socioassistencial, aprimorando a capacidade institucional da gestão local e assegurando a integração entre as dimensões da proteção social especial.

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a entidade.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

*Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

*Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.*

*Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então procedera dispensa ou inexigibilidade para tanto.





# PREFEITURA DE ITUIUTABA

Neste íterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que é necessária a criação da Lei Municipal, ao qual enquadrará a questão na Lei 13.019/2014, em seu art. 31, II, em hipótese de inexigibilidade de chamamento público:

*“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)*

*(...)*

*II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014).”*

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidades ínsitas ao setor do desenvolvimento social, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

## DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:


- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao **Termo de Fomento** e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

- c) da viabilidade de sua execução:

 3



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em *01 parcela* ou na conveniência da administração municipal.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento prevista na **Portaria nº 31/2025** e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, através de pesquisas.


## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

S. M. J, este é o Parecer.

Ituiutaba/MG, 05 de dezembro de 2025.

  
**Thamis Elias Rosa**  
Presidente

  
**Maria Elisa Almeida Carlos**  
Membro





**PARECER JURÍDICO Nº 890/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23376/2025**

**Assunto: TERMO DE FOMENTO – PLANO DE TRABALHO – CUSTEIO DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EMENDA PARLAMENTAR**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de Processo Administrativo em que a Requerente ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA (APAE) solicita a **disponibilização de recursos oriundos e Emenda Parlamentar** no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio conforme Plano de Trabalho apresentado (fls. 119/124).

Acompanha o requerimento os documentos de fls. 03/117 e fls. 119/124.

Em fls. 118 o Setor de Convênios do Município solicitou a aprovação do Plano de Trabalho e a indicação de Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, sendo os recursos provenientes de **Emenda Parlamentar** da Deputada Federal Ana Paula Junqueira Leão (R\$ 100.000,00).

Em fls. 130/131 restou aprovada a relevância do Projeto.

Tendo sido proferido Parecer Técnico pela viabilidade do Termo de Fomento em fls. 132/135.

*Este é o breve relatório.*

**2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Inicialmente, mister se faz esclarecer que compete à Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral zelar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, propondo medidas que visem à correção das ilegalidades eventualmente encontradas, nos termos do artigo 16 da Lei Municipal Complementar nº 150/2017.

Ato contínuo, é válido ressaltar que o Parecer Jurídico **não é ato vinculativo**, não cabendo a Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral analisar a viabilidade econômica e orçamentária das solicitações encaminhadas pelas





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Secretarias Municipais, sendo de responsabilidade do administrador que empenha os recursos tal análise. Neste sentido:

**O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo.** Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a entidade solicita a celebração de Termo de Fomento para receber Emenda Parlamentar no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (fls. 121), tendo sido demonstrada a destinação e os depósitos em âmbito municipal em fls. 127.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

**Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:**

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

**Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:**

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (grifos nossos)

A Lei Municipal nº 4.380/2015 estabelece que:

**Art. 14. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:**

(...)

XXI – o repasse de recurso para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo CMAS, respeitando as permissões e pressupostos legais que regulam a espécie.

**Parágrafo único.** A transferência de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social processar-se-ão mediante convênios, termos de cooperação, contratos, ajustes e/ou similares, obedecendo à Legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Ato contínuo, a Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, determina que:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

(...)

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

(...)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (...)

No âmbito municipal, o Decreto nº 8.169/2016 que regulamenta as disposições da lei federal, dispõe que:

Art. 10 – São instrumentos mediante os quais serão formalizadas as parcerias de que trata este decreto:

(...)

II – termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do Município de Ituiutaba com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 12. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Ituiutaba:

(...)

II - celebrar ou autorizar a formalização do termo de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação; (...)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Estabelece ainda o Decreto Municipal os requisitos para a celebração dos Termos de Fomento no art. 13, em concordância ao estipulado no art. 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Conforme despacho da Secretaria Municipal de Assistência Social (fls. 130):

“(...) o atendimento prestado pela APAE possui reconhecido interesse público e elevada relevância social, pois atende às determinações do artigo 6º, parágrafo único, da LOAS, que define a atuação das entidades sem fins lucrativos como parte integrante da rede socioassistencial, desde que atual em conformidade com os princípios e diretrizes do SUAS, o que se observa no presente caso. (...)”

Em relação às Emendas Parlamentares tem-se que elas possuem ao menos dois tipos específicos, sendo o de transferência com finalidade específica, ou seja, **os recursos são vinculados à programação finalística estabelecida pelo próprio parlamentar**, e a de transferência especial, ou seja, aquela cujo recurso pode ser utilizado livremente pelo ente federativo beneficiado.

Conforme é possível constatar em fls. 76 e fls. 79, a emenda parlamentar que beneficia a Requerente é aquela de transferência com **finalidade específica**, ou seja, não tem o Município a autonomia e nem a liberalidade para determinar o seu uso, ao contrário, sua finalidade já foi atribuída pelo parlamentar quando da sua indicação.

Isso significa dizer que, compete ao parlamentar destinar o recurso à entidade por ele selecionada e **apenas a execução pelo Poder Executivo**.

Ora, estando atestada a inexistência de discordância entre o órgão fiscalizador do Termo de Fomento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Assistência Social), tem-se que não há óbice a formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Ato contínuo, concluiu o Parecer Técnico do Setor de Convênios do Município (fls. 135) que: “(...) concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva (...)”.

Válido pontuar que todo recurso público deve ser usado levando em consideração os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF). Por moralidade, pode-se incorporar o binômio necessidade/oportunidade. **Sendo assim, cabe ao Setor de Convênios e não à Procuradoria Geral do Município a análise de cada um dos custos informados no Plano de Trabalho, em conjunto com o ordenador da despesa, do gestor e do fiscal do contrato a fim de traçar sua conformidade à realidade.**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Neste sentido, ENTENDEMOS pela possibilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Pontua-se que, **não compete à Procuradoria Geral do Município a análise ou verificação da viabilidade financeira-orçamentária do Plano de Trabalho**, competindo ao ordenador da despesa, no caso, a Câmara Municipal e o Secretário Municipal, o acompanhamento de tal viabilidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

### 3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, OPINAMOS pela possibilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2017, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Lei Federal nº 14.113/2020.

É o parecer. S.M.J

Ao **SETOR DE CONVÊNIOS**.

Ituiutaba/MG, 05 de dezembro de 2025.

**Anna Neves de Oliveira**  
**Procuradora Geral do Município**

**Luiz David Lara Filho**  
**Procurador Adjunto**



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 19.952.902/0001-56  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTA  
**Endereço:** R VEREADOR GERALDO MOISES DA SILVA 69 / UNIVERSITARIO / ITUIUTABA / MG / 38302-192

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/12/2025 a 02/01/2026

**Certificação Número:** 2025120407480222923748

Informação obtida em 08/12/2025 10:20:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

## TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2025 (MINUTA)

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE.**

O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.457.218/0001-35, com sede na Praça Cônego Ângelo, s/nº, Centro, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Prefeita **LEANDRA GUEDES FERREIRA**, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA - APAE, inscrito no CNPJ sob nº 19.952.902/0001-56, com sede na Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, nº 69, Universitário, representado por seu Presidente **JOSÉ ANTÔNIO RISSATO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e respectivo decreto regulamentar, e pela **Lei Municipal nº XXX de XXX de XXX de 2025**, consoante o processo administrativo nº 23376/2025 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE FOMENTO, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, em razão da singularidade e em virtude da **Lei Municipal nº XXX de XXX de XXX de 2025**, tem por objeto oferecer equipamentos necessários para que os profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais o atendimento ao Serviço Socioassistencial a Pessoas com Deficiência Intelectual e múltipla e espectro Autista, Idosas e suas famílias no Município, e atendendo a política de proteção social especial de média complexidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante indissociável do presente TERMO DE FOMENTO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - São obrigações dos Partícipes:

#### I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE FOMENTO, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;
- b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO a conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- e) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- f) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

h) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

j) é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos de parceria.

### II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

b) fornecer informações para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

d) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

### CLÁUSULA QUARTA- DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 - A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução do presente Termo dar-se - à pelas Servidoras: GESTORA: Daiane Aparecida Cintra; Matrícula: 1280; Cargo: Diretora da Proteção Social Especial e FISCAL: Thiago Oliveira Silva; Matrícula: 3566; Cargo: Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

4.2 - O Fiscal do Termo deverá emitir relatório, bem como, atestar a execução do objeto do termo e identificar se ele está de acordo com o Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundo de Emenda Parlamentar, assim discriminados:

Deputada: Ana Paula Leão R\$ 100.000,00 (Investimento)

TOTAL - R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

5.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração/termo de fomento, recursos no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

**XXXXXXXXXXXX NÃO INFORMADA XXXXXXXXXXXXXXXX**

### CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

6.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

6.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

6.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

6.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV – no ato efetivo do pagamento verificar-se-á todas as regularidades fiscais formais.

6.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 – O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

7.3 – Os recursos transferidos poderão ser utilizados para realizar os pagamentos nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente TERMO DE FOMENTO vigorará até 30/06/2026, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

8.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.

### CLÁUSULA NONA –DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

VII –Relatório de execução Físico – Financeiro;

VIII – Relatório de Execução da Receita e da Despesa;

IX – Relação de Pagamentos;

X –Relação de Conciliação Bancaria;

XII – Outros documentos que a Comissão de Seleção, Monitoramento, avaliação e prestação de Contas julgarem necessários.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

§ 3.º - Para análise periódica da execução do objeto a prestação de contas financeira deverá ser apresentada MENSALMENTE para prévia análise junto à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, apresentando relação de pagamentos efetuados, faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guiam de recolhimento de encargos sociais ou de tributos, ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa e ainda a conciliação bancária conjuntamente com o extrato bancário mensal e aplicações financeiras.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social**, facultada a defesa do



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

13.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

13.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.



## PREFEITURA DE ITUIUTABA

13.4— Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

13.5—Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou qualquer alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - Acrescenta-se ao Convênio ora aditado o “Anexo I – Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018”.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

16.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

16.3 – A alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente a prorrogação de prazo de vigência do ajuste, deverá ser previamente submetido à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

16.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;



## **PREFEITURA DE ITUIUTABA**

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ituiutaba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Ituiutaba, 08 de Dezembro de 2025.

**LEANDRA GUEDES FERREIRA**  
**PREFEITA DE ITUIUTABA**

**JOSÉ ANTÔNIO RISSATO**  
**PRESIDENTE**



# PREFEITURA DE ITUIUTABA

## ANEXO I

### DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018.

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



**PROCESSO: 23376/2025**

**ASSUNTO: Celebração de Termo de Fomento**

**INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA- APAE**

**PARECER TÉCNICO Nº 393/2025 – CONTROLE INTERNO**

**A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG – CGM**, têm suas atribuições regulamentadas em legislação federal e municipal.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

**I - DO RELATÓRIO**

Foi encaminhado a esta Controladoria o PA 23376/2025, para análise da Minuta do Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura de Ituiutaba-MG e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUIUTABA- APAE**.

Em análise do pedido e Plano de Trabalho, verificamos que foi solicitado o repasse no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para **investimento** oriundo de Emenda Parlamentar da Ilma. Deputada Ana Paula Leão, conforme o espelho da programação nº 313420220250002 (fls.125/129).

O processo veio instruído com a aprovação do Plano de Trabalho (119/124) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (fls.130/131), Parecer Técnico (fls.132/135) e Parecer Jurídico (fls.136/140), com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Decreto Municipal nº 8.362/2017, sendo esses os dispositivos legais que regulamentam as parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal Direta e Indireta e as Organizações da Sociedade Civil

É o breve relatório.

**II – DA ANÁLISE**

O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias com OSC's, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas OSC's em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

Frente a documentação acostada aos autos (fl.01/155), verificamos que foram anexados os documentos necessários para o prosseguimento da celebração do Termo de Fomento, conforme Decreto nº 8.362/2017.



Cumpre observar que no tocante ao Plano de Trabalho, entende-se pela possibilidade de prosseguimento nos termos do Plano de Trabalho apresentado no segundo momento, anexo às fls.119/124, sendo esse o aprovado pela Secretaria Gestora.

Por fim, ressaltamos que no momento da elaboração da Lei que autoriza o repasse, bem como no termo de fomento deverá ser observado que o Plano de trabalho informa recursos somente para **investimento**.


Ante o exposto, desde que **sanadas** as observações apontadas, entende-se que o processo está revestido das formalidades legais atento ao que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017.

Assim considerando o caso concreto atrelado aos dispositivos legais e interpretações mencionadas, entendemos pela viabilidade de formalização da parceria via Termo de Fomento.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito.

Ituiutaba-MG, 09 de Dezembro de 2025.

  
Márcia Divina Rodrigues  
Controladora Geral do Município



Cumpre observar que no tocante ao Plano de Trabalho, entende-se pela possibilidade de prosseguimento nos termos do Plano de Trabalho apresentado no segundo momento, anexo às fls.119/124, sendo esse o aprovado pela Secretaria Gestora.

Por fim, ressaltamos que no momento da elaboração da Lei que autoriza o repasse, bem como no termo de fomento deverá ser observado que o Plano de trabalho informa recursos somente para **investimento**.


Ante o exposto, desde que **sanadas** as observações apontadas, entende-se que o processo está revestido das formalidades legais atento ao que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017.

Assim considerando o caso concreto atrelado aos dispositivos legais e interpretações mencionadas, entendemos pela viabilidade de formalização da parceria via Termo de Fomento.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito.

Ituiutaba-MG, 09 de Dezembro de 2025.

  
**Márcia Divina Rodrigues**  
Controladora Geral do Município





PREFEITURA

# ITUIUTABA

Faz acontecer

**Despacho - Proc. nº 23.376 /2025**

Em face ao ofício nº 117/2025 recebido da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba-APAE**, CNPJ 19.952.902/0001-56, que por intermédio de seu Presidente José Antônio Rissato, solicitou a liberação de recurso destinado por Emenda Parlamentar da Deputada Ana Paula Leão, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para ser utilizado como investimento na aquisição de equipamentos necessários para que os profissionais possam executar suas atividades com qualidade, melhorando ainda mais o atendimento ao serviço socioassistencial, as pessoas com deficiência intelectual múltipla, espectro Autista e demais especificados.

O procedimento foi encaminhado ao Setor de Convênios, à Sra. Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, que se manifestou favoravelmente ao Plano de Trabalho proposto e o plano de serviço às fls.119/124, acerca do interesse público, teceu considerações sobre a indiscutível relevância social dos serviços da Associação, juntou o espelho da programação às fls.125/129 do FNAS, informando ainda às fls. 130/131, a servidora designada para a gestão e o servidor indicado para a fiscalização da execução do objeto.

Diante disso, em consonância com o Parecer Técnico da Comissão de Acompanhamento, o Parecer Jurídico de nº 890/2025 da Procuradoria Geral e o Parecer Técnico nº 393/2025 da Controladoria Geral do Município, **autorizo** o envio do Projeto de Lei à nossa Egrégia Casa Legislativa para possibilitar a formalização do repasse do valor de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba-APAE.

Remeta ao Departamento de Elaboração, Atualização Legislativa e Atos Administrativos para as devidas providências.

Ituiutaba, 10 de dezembro de 2025.

Leandra Guedes Ferreira  
-Prefeita de Ituiutaba-